



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE CHARGES POLÍTICAS

Rosely Diniz da Silva Machado

PELOTAS (RS)
2000

ROSELY DINIZ DA SILVA MACHADO

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE CHARGES POLÍTICAS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre. Área de Concentração – Análise do Discurso, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst Pereira.

PELOTAS (RS)
2000

Dedico esta dissertação

À memória de meus pais,

que me fizeram acreditar na capacidade de transformação e crescimento através do estudo.

A meus filhos Tânia e Bruno,

cuja compreensão e paciência demonstradas, nos momentos mais difíceis, foram fundamentais para que eu pudesse continuar persistindo nos meus objetivos.

A meu marido Luciano,

pelo incentivo, pela força, pelas palavras de otimismo e confiança, durante essa caminhada tão importante para nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora *Aracy Ernst Pereira*, agradeço o acompanhamento atento e crítico que sempre dispensou ao longo do trabalho. Expresso também meu reconhecimento por sua capacidade intelectual e poder de discernimento.

À professora *Carmen Lúcia Hernandorena*, cujo profissionalismo, seriedade e comprometimento me fazem admirá-la intensamente e agradecê-la por ter sempre demonstrado razão e sensibilidade em suas atitudes.

Ao *Departamento de Letras e Artes da Fundação Universidade Federal do Rio Grande*, que, sob a chefia do *Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten*, possibilitou maior flexibilidade nos meus horários de permanência – enquanto professora desta instituição – para que eu pudesse realizar este trabalho.

Aos amigos *Ana de Fátima Viana, Dulce Cassol Tagliani, Luciani Salcedo de Oliveira Malatér, Maria Amélia Goretti Estima Marasciulo, Maria Cristina Freitas Teixeira, Oscar Luiz Brisolara* e demais pessoas que, de maneira direta ou indireta, colaboraram na realização deste trabalho, meu sincero reconhecimento.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1. INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Caracterização da Análise de Discurso	11
2.2 Princípios Fundamentais em AD: Sujeito, Ideologia e Sentido	18
3. HUMOR E DISCURSO CHARGÍSTICO	23
3.1 Ironia, Heterogeneidade e Equivocidade Discursiva	23
3.2 Diferentes concepções de humor	30
3.3 Caracterização da charge	38
4. METODOLOGIA	44
4.1 Considerações metodológicas	44
4.2 Mecanismos estratégicos das análises	50
5. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS CHARGES	52
5.1 Análise I	52
5.2 Análise II	60
5.3 Análise III	64
5.4 Análise IV	67
5.5 Análise V	69
6. CONCLUSÃO	73
7. BIBLIOGRAFIA	76
8. ANEXOS	79

RESUMO

O presente estudo visa à compreensão do funcionamento discursivo de charges políticas, através de pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD). Buscando refletir sobre os processos de formação dos sentidos, nesse espaço discursivo específico, consideramos a articulação entre o lingüístico e o ideológico.

Com base em um “corpus” constituído de cinco charges, cujo enfoque é a figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, centramos nosso interesse na possibilidade de interpretar o efeito humorístico de tais charges a partir do equívoco na/da língua, pois é através dele (equívoco) que se instaura a imprevisibilidade do sentido e a possibilidade de subvertermos o sentido instituído.

Desse modo, observamos na cadeia do significante como se dá o jogo com as palavras, como irrompe o *real* dos sentidos nesse tipo de discurso.

Acreditamos ser o discurso humorístico um meio através do qual os sentidos - que não podem ou não devem ser ditos - são burlados. Assim, constatamos a possibilidade de brincar, jogar ironicamente com as autoridades políticas.

A linguagem é vista aqui não em sua evidência, mas em sua opacidade. Isso implica dizermos que estratégias discursivas presentes nas charges podem colocar em cena deslocamentos de sentidos e podem fazer emergir sentidos outros, servindo-se das possibilidades já inscritas na própria língua.

Estudarmos o funcionamento das charges, considerando o real da língua, permite-nos trabalharmos com uma concepção de sujeito, discurso e língua a partir de uma teoria que contempla a descontinuidade e as falhas que se operam sobre o sentido.

ABSTRACT

The present study aims at understanding the discursive working of political cartoons, through the theoretical framework of the French Discourse Analysis. It also aims at reflecting about the processes involved in the construction of meanings, within this specific discursive frame, we take into account the articulation between the linguistic and the ideological.

Having five cartoons which focus the President Fernando Henrique Cardoso as the corpus of this study, we center our interest on the possibility of interpreting the humorous effect of such cartoons from the equivoque in/of the language, since it is through it (equivoque) that the unpredictability of the meaning is constituted and possibility of subverting the meaning is made possible.

This way, we observe how the game with words works in the chain of the significant, how it promotes the real of the meanings in this kind of discourse.

We believe that the humorous discourse is a way through which the meanings – that cannot or must not be said – are subverted. This way, we realized the possibility of playing ironically with the political authorities.

Language is not seen here in its evidence, but in its opacity. It implies saying that discursive strategies, which are present in the cartoons, can promote changes of the meanings and can produce other meanings, making use of possibilities already made possible in the language itself.

When studying how cartoons work, taking into account the real of the language, it allows us to work with a concept of subject, discourse and language within a theory that deals with discontinuity and failures that operate upon the meaning.

1. INTRODUÇÃO

O real histórico faz pressão, fazendo com que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (a ideologia). O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites (ORLANDI, 1999: 67)

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do funcionamento discursivo de charges políticas através dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), ciência de cunho interpretativo, que busca, mediante a articulação entre linguagem e ideologia, compreender os processos de formação dos sentidos.

O corpus constitui-se de cinco charges, veiculadas em revistas e jornais nacionais, que colocam em questão posições de sujeito assumidas pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Nosso interesse está centrado na possibilidade de interpretar o efeito humorístico dessas charges a partir da noção de equívoco na/da língua que faz emergir sentidos outros, os imprevisíveis, aqueles que subvertem os instituídos. É a incidência do sujeito do desejo na cadeia significante que nos interessa observar e a forma como isso ocorre nesse tipo de discurso específico, onde o jogo, a brincadeira com as palavras faz irromper o real dos sentidos.

Entendemos serem os sentidos afetados pela ideologia – condição básica para a relação mundo/linguagem – porém, ao introduzirmos a categoria psicanalítica do *real*, como propõe PÉCHEUX (1997) no seu trabalho *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* deslocamos o foco da análise que tem priorizado, nos estudos de

Análise de Discurso, *o processo de interpelação ideológica*, para o processo que caracteriza o sujeito desejante.

Esse sujeito do desejo mostra-se mais explicitamente no humor, onde há um afrouxamento da ação da censura e onde é permitido, portanto, ironizar a atuação das autoridades políticas. É um dos espaços possíveis para a ocorrência dos sentidos que não podem ou não devem ser ditos e um dos lugares privilegiados para surpreendermos a forma de emergência do desejo na cadeia significante.

O fato de dizermos, no entanto, que tal emergência é mais explícita no humor não significa que consideremos a linguagem transparente. Ao contrário, a linguagem é vista aqui não em seu caráter de evidência, mas em sua opacidade. Para isso, serão mobilizados os fundamentos teóricos e as categorias analíticas da Análise de Discurso que possibilitam observar a articulação entre o espaço que vai da constituição dos sentidos (interdiscurso) à sua formulação (intradiscurso), onde intervêm os efeitos imaginários da evidência e da unidade.

Na primeira parte deste trabalho, apresentaremos, de forma geral, os princípios fundamentais e o quadro epistemológico da Análise de Discurso para, em seguida, focalizar aqueles mais diretamente vinculados à proposta da pesquisa.

Na segunda parte, enfatizaremos pontos fundamentais como: ironia, heterogeneidade e equivocidade buscando relacioná-los com o humor. Na seqüência, serão apresentadas diferentes concepções do humor e a caracterização do discurso chargístico.

Na terceira parte, constarão as considerações metodológicas e os mecanismos estratégicos das análises.

Na quarta parte, apresentaremos o funcionamento discursivo das charges políticas, através de cinco análises. Na parte final, concluiremos este estudo, apresentando o resultado dessa pesquisa seguida da bibliografia e dos anexos utilizados.

O fato de pretendermos uma análise das charges considerando a articulação entre o lingüístico e o visual (imagem), encontra justificativa em ORLANDI (1999 : 62), pois, segundo a autora, a AD interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas como a imagem, presente em nosso corpus. Assim, com este estudo

sobre o funcionamento discursivo da charge, buscamos compreender um real atravessado por falhas e contribuir para o campo dos estudos lingüísticos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DISCURSO

Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 1990 : 53).

Ao se refletir sobre a linguagem, a AD aparece, segundo ORLANDI (1996), como uma forma de conhecimento cisionista que se constrói não como uma alternativa para a Lingüística - que é a ciência positiva que descreve e explica a linguagem verbal humana - mas como proposta crítica que procura problematizar as formas de reflexão estabelecidas.

Disso resulta que não há uma fixidez científica, no que diz respeito à teoria, à definição de seu objeto e método(s), pois a cada passo o objeto da AD é redimensionado, e seus aspectos teóricos reavaliados e relacionados criticamente com seus(s) método(s).

Entendida como forma de conhecimento, a AD tem como proposta fazer uma história dos objetos discursivos refletindo e questionando as regularidades que regem a dispersão, o incompleto e o não-transparente que se constituem no domínio discursivo.

Ao criticar a onipotência do sistema, a autonomia da língua e o subjetivismo idealista em que domina a onipotência do sujeito e do território-livre da fala, a AD

concebe o discurso como um objeto ao mesmo tempo social e histórico, em que sujeito e sistema se confrontam.

O reconhecimento da linguagem ligada ao mesmo tempo a questões subjetivas e sociais, não centrada apenas na língua, como em SAUSSURE (1995), leva a essa outra instância, situada fora da dicotomia língua/fala, que é o discurso. É através dele que se opera a ligação entre o lingüístico e o extralingüístico, sendo o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos.

Assim, a AD pretende-se uma teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação e trabalha com os processos e as condições de produção da linguagem.

Considerando a existência de uma relação necessária da linguagem com o contexto de sua produção, a AD articula-se sobre o campo das ciências sociais, sem deixar de constituir sua unidade no interior da teoria lingüística. Nela se juntam a(s) teoria(s) das formações sociais e a(s) teoria(s) da sintaxe e da enunciação.

Em relação às ciências humanas, a AD também propõe um deslocamento no tratamento do texto, visto que este não se apresenta como documento, isto é, por ser concebido em sua discursividade, não se trabalha com textos apenas como ilustração ou documento daquilo que já é sabido em outro lugar; sua materialidade é simbólica, própria e significativa.

Esse deslocamento, em relação às ciências humanas, consiste na recusa da chamada análise de conteúdo clássica que toma o texto apenas como pretexto e o atravessa só para demonstrar o que já está definido a priori pela situação. Na análise de conteúdo, o texto é tomado somente como ilustração da situação em que foi produzido, situação esta, previamente, constituída e caracterizada.

Seguindo uma outra direção, ao considerar que a exterioridade é constitutiva, a AD parte do texto, da historicidade inscrita nele, para atingir o modo de sua relação com a exterioridade. Portanto, não se trata de encontrar ou extrair um sentido do texto, mas de compreender o processo discursivo, considerando nisso as condições de produção da linguagem em sua relação com os sujeitos que a utiliza.

Desse modo, a AD problematiza a atribuição de sentido(s) ao texto, procurando mostrar, em seu funcionamento, tanto a materialidade do sentido como os processos de constituição do sujeito.

Com base em ORLANDI (1996), o que leva a considerar a Análise do Discurso como cisionista é o fato de a mesma problematizar continuamente as evidências (enquanto evidências) e explicitar o seu caráter ideológico. Soma-se a isso o fato de as críticas contra a AD constituírem-se em formas contínuas de anexação e de revisão de sua capacidade explicativa. Assim, a AD é concebida como uma prática de linguagem, que não é entendida em sua estaticidade, mas em movimento constante, juntamente com aquele que dela faz uso e por ela é constituído simbólica e historicamente.

Na Análise de Discurso, entendemos a linguagem enquanto discurso, interação e um modo de produção social, um lugar de confronto ideológico, e por isso não pode ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.

Retomando a historicidade que a lingüística apaga e considerando a não-transparência da linguagem, a AD descentra a noção de sujeito e relativiza o objeto da lingüística. Desse modo, o discurso passa a ser seu objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto.

A AD parte da reflexão de como a linguagem se materializa na ideologia (através do discurso) e como a ideologia se manifesta na língua, considerando que a materialidade específica do discurso é a língua.

Para que essa relação possa ser entendida, é preciso considerarmos que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e que o discurso é lugar de análise e compreensão de como a língua produz sentidos, não enquanto código que separa emissor e receptor, mas enquanto processo que coloca em relação sujeitos e sentidos que são afetados pela língua e pela história. Isso nos possibilita compreender o fato de em AD o discurso ser entendido como efeito de sentidos entre locutores.

Essa noção de “interpelação ideológica”, ALTHUSSER (1974), marcante na primeira e segunda fase da AD, coloca duas formas de o indivíduo se constituir em sujeito de seu discurso que são: o esquecimento n.1 em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido, esquecendo aquilo que o determina, e o esquecimento n.2 em que o mesmo tem a ilusão de domínio do seu dizer.

No primeiro caso, tem-se a caracterização da onipotência do sujeito, uma vez que o mesmo não se dá conta de que os sentidos não se originam nele, mas por ele são retomados. Já no segundo caso, o sujeito tem a ilusão da realidade do seu pensamento, visto que o sentido para ele é transparente.

Tais esquecimentos ou ilusões mostram que a constituição do sujeito é ideológica, pois ele assume uma posição dentro de sua formação discursiva que corresponde ao seu lugar na formação social. Essa constituição também é psíquica porque o processo de interpelação liga o sujeito, que é representação, ao imaginário, e sua constituição é produzida pela relação com o simbólico¹.

No discurso desse sujeito que é produzido por meio desses dois esquecimentos mencionados, há uma base lingüística, referente ao esquecimento n.1, e um processo discursivo², referente ao esquecimento n.2. É a partir da análise da base lingüística e do processo discursivo que podemos chegar à Formação Discursiva do sujeito.

Assim, a aparente transparência de sentido é produzida pela FD que dissimula a dependência relativa ao complexo dominante da formação ideológica, da qual o sujeito é projeção. Tal complexo dominante constitui o *interdiscurso*, que é o lugar do pré-construído, daquilo que remete a uma construção anterior, independente daquilo que é construído na superficialidade do discurso: o *intradiscurso*.

Temos, então, a noção de dois níveis discursivos: o interdiscurso que é o nível do sistema de formação/reprodução/transformação de enunciados, e o intradiscurso que é o nível da seqüência discursiva, sendo que este último é indissociável da FD em que a seqüência se apresenta. Decorre disso, que o processo de interpelação ideológica se dá na relação entre esses dois níveis discursivos.

No nível do enunciado, é efetuada a descrição do interdiscurso de uma FD. No interdiscurso é que se constitui o domínio do saber que funciona como princípio da aceitabilidade discursiva para o conjunto de formulações possíveis. Assim, o

¹ Nesse momento da AD, o "real" não é considerado, fato que impede abordar o "sujeito do desejo", de que nos ocuparemos posteriormente.

² Processo discursivo diz respeito ao sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, que funcionam entre elementos lingüísticos de uma Formação Discursiva.

processo discursivo próprio a cada FD é constituído pelo conjunto de formulações possíveis nesta FD.

No nível da formulação, temos os elementos do saber linearizados de modo a se tornarem objetos da enunciação e nessa linearização ocorrem diferentes processos lingüísticos - que marcam a(s) posição(ões) assumida(s) pelos sujeitos - onde incide determinado efeito de sentido.

É assim que entendemos como o sujeito do discurso funciona pela ideologia e pelo inconsciente, uma vez que as palavras chegam ao sujeito discursivo carregadas de sentidos, passíveis de serem apreendidos por meio do interdiscurso, a memória do dizer.

Podemos dizer que nessa estreita relação entre língua e discurso deve ser observado que a primeira é condição de possibilidade do segundo e que tais sistematicidades não funcionam isoladamente, nem sob forma homogênea, antes, é sobre elas que os processos discursivos se desenvolvem, de modo a não deixar de lado suas falhas e a equivocidade que lhes são constitutivas.

Na busca da compreensão da língua não só como estrutura, mas como acontecimento, considerando o sujeito afetado pela história, a AD recorre à contribuição da Psicanálise justamente nesse deslocamento da noção de indivíduo para a noção de um sujeito que se constitui simbólico e historicamente.

Em linhas gerais, temos uma teoria que, ao pensar o discurso como objeto social e histórico, em que se confrontam sujeito e sistema, trata da determinação histórica dos processos de significação, e das condições de produção da linguagem, levando em conta a exterioridade.

Ao considerar a exterioridade como constitutiva, a AD parte da historicidade inscrita no texto, a fim de atingir o modo de sua relação com uma exterioridade que está atestada na própria materialidade textual, como já mencionado.

Não entendemos a história, em termos cronológicos, mas em sua relação com o poder, na relação de confrontos de sentidos, uma vez que a mesma é produzida em determinadas condições e influencia em novos acontecimentos.

Em AD, buscamos compreender a historicidade, através dos efeitos de sentido no discurso, visto que são neles que se configura a relação língua e ideologia.

Conforme dissemos, a AD relaciona-se à Lingüística, sem, no entanto, se limitar a ela, e na busca de um corpo teórico-analítico que considerasse a materialidade discursiva como objeto próprio, organizou seu quadro epistemológico.

Com base em PÊCHEUX e FUCHS (1975), tal quadro é articulado por três regiões do conhecimento científico que juntas resultam na posição crítica, assumida nos anos 1960, de problematizar a relação do sujeito com o sentido e da língua com a história:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

A articulação desses três campos de conhecimento proporciona ao analista chegar ao objeto discursivo. É por meio da dessintagmatização discursiva, que se opera a partir da observação dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, que os efeitos de sentido, relacionados às diferentes formações ideológicas, vão sendo apreendidos e explicitados no processo de interpretação feito pelo analista.

Considerando a complexidade da linguagem, entendemos a Análise de Discurso como um lugar particular entre a disciplina lingüística e as ciências das formações sociais, concebendo-a como um dispositivo que coloca em relação o campo da língua e o campo da sociedade apreendida pela história.

Cabe ressaltarmos que a AD, em suas primeiras fases, partia de um corpus fechado de seqüências discursivas, selecionadas num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produções estáveis e homogêneas. O saber não-lingüístico do analista prevalecia e se constituía numa conjuntura referencial. Segundo TEIXEIRA (1998), isso conduzia a uma espécie de parafraseagem na leitura do corpus, ou seja, constatava-se o que já estava prefigurado nas condições de produção do discurso.

Desse modo, o que constitui a AD em sua fase inicial (AD1) é o fechamento do corpus discursivo que remete a um tema num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas. Metodologicamente, predeterminavam-se um começo e um fim, estando a existência do outro condicionada ao primado do “mesmo”.

Já na segunda fase (AD2), essa homogeneidade e esse fechamento do corpus começam a ser problematizados, quando se reflete sobre a identidade das FDs, que critica a vontade de apreensão do idêntico que caracterizava a pesquisa em AD. Segundo COURTINE (1981), a FD não devia ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outro bloco compacto (discurso comunista X discurso democrata cristão, por exemplo).

Dessa forma, a questão da heterogeneidade discursiva passa a ser teorizada e relacionada com a multiplicidade de FDs, que o analista do discurso surpreende na materialidade lingüística, de modo a assinalar as contradições que lhes constituem.

Assim, procurando no lingüístico a apreensão da inscrição das condições sócio-históricas de produção do discurso, a noção de interdiscurso é introduzida a fim de designar o exterior específico de uma FD, já que esse exterior irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva. Nessa fase é importante ressaltar que o sujeito é concebido como puro efeito de assujeitamento de uma máquina estrutural fechada.

No avanço dos estudos em AD, as abordagens vindas da lingüística e da história, considerando também a psicanálise, auxiliam na redefinição do lugar da língua, da enunciação e da historicidade na terceira fase da AD (AD3). Entre as considerações teóricas influentes nessa fase, destaca-se o estudo de REVUZ (1982,1995)³ sobre a heterogeneidade e as não-coincidências do dizer, o que possibilitou um deslocamento da análise para a seqüência, enquanto espaço imaginário atravessado pelo discurso outro, lugar heterogêneo de rupturas.

Com isso, a análise dos aspectos morfossintáticos e lexicais é associada ao estudo dos fenômenos enunciativos, tomando-se a enunciação como um espaço de negociação entre a heterogeneidade mostrada e a constitutiva.

³ Enfatizaremos tal estudo na parte referente ao humor, à heterogeneidade e à equivocidade.

A heterogeneidade, na perspectiva da AD3, abala a homogeneidade imaginária do sujeito e de seu dizer, e com isso passa a considerar a possibilidade de algo improvável poder vir a romper o contínuo, uma vez que o discurso não pode escapar de sua heterogeneidade constitutiva e isso desarticula o efeito da evidência.

Então, nessa terceira fase da AD, passa a ser considerado o sujeito do desejo, em cujo dizer é possível irromper o diferente, mexendo com o logicamente estabilizado (PÉCHEUX, 1997).

É considerando esse sujeito do desejo e a equivocidade constitutiva da língua, que analisaremos no espaço discursivo das charges o efeito de sentido humorístico.

2.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM AD: SUJEITO, IDEOLOGIA E SENTIDO

Entre o Homem e a instituição, numa relação em que o poder e a ideologia são as constantes, os sentidos balançam entre uma permanência que às vezes parece irremediável e uma fugacidade que se avizinha do impossível. E aí ficamos (ORLANDI, 1988 : 12).

Na Análise de Discurso francesa, como mencionamos, a linguagem é estudada enquanto formação ideológica, pois ela é considerada o lugar em que a ideologia se manifesta, é o lugar de conflito, de confronto ideológico e está vinculada às condições de produção. Desse modo, dois conceitos tornam-se fundamentais em AD: o de ideologia e o de discurso.

A ideologia mostra que o sujeito e a significação não são transparentes, ao contrário de outras ciências que pressupõem uma transparência na linguagem. Nesse sentido, enquanto teoria crítica, a AD trata da determinação histórica dos processos de significação e não dos produtos. Assim, ela tem como objeto de estudo o discurso, que deve ser considerado social e historicamente, levando em conta as condições de produção da linguagem, sua exterioridade.

A AD parte da historicidade inscrita no texto, para atingir o modo de sua relação com essa exterioridade, que é atestada no próprio texto, em sua materialidade. Esta materialidade discursiva é concebida em AD como sendo

lingüístico-histórica, uma vez que para a língua significar é necessário que ela esteja inscrita na história.

Retomando o que já dissemos, a história não está ligada ao tempo em si, tempo cronológico que a organiza, mas a práticas, à relação com o poder. Por isso não extraímos o sentido do texto, e sim, buscamos compreender a sua historicidade.

Ao ocupar-se com o funcionamento do discurso em suas determinações históricas pela ideologia, a Análise de Discurso trabalha com a historicidade que é constituída na própria tessitura da materialidade do sentido e do sujeito, isto é, a historicidade é a do texto, sua discursividade, o que não é um simples reflexo de fora.

O modo de funcionamento da linguagem, na perspectiva em que nos propomos analisar, não é integralmente lingüístico, já que nele consideramos a memória discursiva, que atua atestando que o sentido não está em nenhum dos interlocutores especificamente, mas no espaço discursivo por eles ocupado, um espaço simbólico não-acabado, incompleto.

É assim que buscamos compreender o funcionamento discursivo da charge, enquanto processo de significação e lugar de sentidos, os quais não se encontram prontos, a fim de que sejam destacados, mas que estão produzindo efeitos passíveis de serem analisados discursiva e historicamente.

Para Pêcheux, é impossível a Análise do Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito e, com base nisso, podemos dizer que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. É desse modo que consideramos que o sujeito se constitui em sujeito, isto é, pelo fato de ele ser afetado pelo simbólico; daí sua submissão à língua, à história que o constituem.

Para entendermos a noção de sujeito, faz-se necessária a noção de “formação discursiva”, que neste trabalho é compreendida como uma constelação de enunciados num universo logicamente estabilizado, conforme PÊCHEUX (1990). Assim, entendemos que, nos espaços discursivos designados como logicamente estabilizados, todo falante supõe saber do que fala, já que nesses espaços as propriedades estruturais, independentes de sua enunciação, são refletidas e se inscrevem de forma transparente, numa descrição adequada do universo.

Tal fato atesta uma necessidade do falante de uma homogeneidade lógica PÊCHEUX (1997), o desejo de uma aparência normal e isso faz com que o interesse de gerenciar tudo que por ele é dito se manifeste por vários meios.

Isso para a AD não é algo a ser considerado como defeito, mas como algo que passa pela questão do real da língua, em sua variedade de sentidos, um real que não se reduz à logicidade. Esse real⁴ constitutivamente estranho à univocidade lógica, que existe produzindo efeitos, é aquilo que sobra, aquilo que o sujeito não consegue simbolizar em sua totalidade, por estar sempre na busca de algo que lhe falta.

Esse sujeito dividido, incompleto, deixa-se mostrar heterogeneamente, através de uma linguagem supostamente homogênea, pela atuação do imaginário, do ideológico. Entender por quais vias esse real apreendido se apresenta com sua falha, seu equívoco, é que nos faz analisar o discurso humorístico, como um tipo de discurso que normalmente expõe a precariedade dos sentidos estabilizados, apontando para outros sentidos, para um outro “real”, aquele que não cabe nos códigos, mas que, ao contrário, ultrapassa-os.

Todavia, a questão do assujeitamento, como era vista anteriormente, restringia-se ao imaginário e ao simbólico, pois via o sujeito clivado na mesma perspectiva, podemos dizer, essencialmente ideológica.

Assim, a tese segundo a qual a ideologia interpela o indivíduo em sujeito pode ser entendida da seguinte forma: o indivíduo é livremente interpelado como sujeito para livremente submeter-se às ordens do Sujeito (sujeito absoluto e universal), para aceitar livremente sua submissão, ALTHUSSER (1974).

⁴ Entendemos que há uma distinção entre real e realidade, uma vez que esta equivale a um real domesticado pelo simbólico e pelo imaginário. É por meio da concepção de um sujeito lacaniano, entendido como radicalmente clivado, que podemos compreender essa relação mencionada entre real, imaginário e simbólico, que, resumidamente, pode ser entendido do seguinte modo: ao nascermos, há uma relação especular que nos institui como eu no campo do outro, por meio da linguagem. Essa seria a primeira formação do eu (“imagem no espelho”: inversão que constitui o imaginário do eu). Nesse sentido nos referenciamos com o mundo pelo olhar da mãe e esta estabelece um corte com o filho, através da presença do pai (simbólico), que fará com que nos coloquemos num mundo simbólico, dando nome às coisas. Provoca-se com isso uma ruptura saudável, mas que por outro lado institui a falta, já que a apreensão do todo não lhe é possível. É nessa falta que nos reconhecemos e é ela que nos regula enquanto sujeitos. Assim, o real é aquilo que sobra, aquilo que não conseguimos simbolizar, e por não conseguirmos nos desligar totalmente da mãe, por não acharmos um porto seguro é que o nosso desejo, enquanto sujeitos, desliza, instaurando a falta e evidenciando com isso nossa incompletude. (Essa distinção tem por base noções enfatizadas pela Prof^a Dr^a Marlene Teixeira, em curso ministrado no II Seminário sobre Linguagem, UCPel, 1999).

Decorre disso que tal processo, ao mesmo tempo em que interpela, dá ao sujeito a ilusão de autonomia em relação ao seu dizer. Desse modo, para que as palavras do sujeito tenham sentido é preciso que já tenham sentido, isto é, há uma determinação histórica pelo interdiscurso, por algo que fala antes, pela memória do dizer que é constituída pelo esquecimento que lhe dá a ilusão de domínio total sobre aquilo de que se fala.

Dizer que o sujeito é concebido discursivamente como posição, significa que ele ocupa um determinado “lugar” para ser sujeito do que diz. É através das diferentes posições de sujeito num texto, que se pode chegar à ideologia dominante, o que é possível através dos mecanismos lingüísticos, de marcas e pistas as quais nos orientam para possíveis interpretações.

Entendido enquanto “posição”, o sujeito é constituído pelo interdiscurso - acima mencionado - o que produz o efeito de memória discursiva, a qual é responsável por separar e eleger, dentre os elementos constituídos numa determinada condição histórica, aquilo que pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona discursivamente.

Temos, então, a noção de interdiscurso concebida como a memória do dizer, lugar de constituição do sentido e que ao constituir o sujeito enquanto posição não dá a ele acesso direto à exterioridade, uma vez que o interdiscurso se constitui pelos recortes das FDs que representam as diferentes determinações: social, político e histórica.

Assim, o discurso é analisado, considerando sua especificidade a partir de sua determinação histórica nas diferentes formações discursivas que apontam, em sua inscrição, a posição do sujeito e a delimitação do sentido.

Compreendemos que o sentido não é predeterminado por propriedades da língua, mas que ele juntamente com o sujeito está em constante movimento. Daí esta proposta de compreendermos os processos de significação que sustentam a interpretação, que por nós é entendida enquanto parte da relação do homem com o simbólico (a linguagem).

A linguagem, enquanto espaço simbólico, é lugar de deslocamento e para que não consideremos o não logicamente estável como anormalidade, é necessário entendermos o “real” da língua, que nos faz refletir sobre a linguagem não enquanto

universo logicamente estabilizado, mas em sua materialidade e na da história, enquanto região do equívoco em que se encontram ligados materialmente o inconsciente e a ideologia. Sobre esse real, Pêcheux e Gadet com base em Milner afirmam:

O real da língua (...) é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz, e de séries associativas que o desestratifica sem o apagar. A não-identidade que se manifesta pressupõe a língua (“la langue”), enquanto lugar onde se opera o retorno do idêntico sob várias formas; a repetição do significante dentro da língua não coincide com o espaço do repetível próprio da língua, mas o funda, justamente com o equívoco que afeta este espaço: aquilo que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da metáfora, do deslizamento, do lapso e do jogo de palavras, e do duplo sentido dos efeitos discursivos (1981 : 51).

Portanto, a língua pode ser afetada pelo equívoco que em sua forma de materialização se manifesta, mexendo, deslocando, jogando com o sentido. Isso pode ser observado nas brincadeiras, chistes, piadas, por meio de marcas que ganham significação através da falta, do absurdo:

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra...” mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (... os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, ou no discurso político...) PÊCHEUX (1988 : 301).

Nessa relação discursiva entre o sujeito e a ideologia, atestamos um real da língua suscetível de deslocamentos, de falhas, que desencadeia um jogo entre o que se encontra estabilizado e aquilo que pode ser dissolvido. É por meio, pois, do equívoco, do real da língua que o sujeito do desejo emerge, desencadeando o aparecimento do novo, do diferente.

3. HUMOR E DISCURSO CHARGÍSTICO

3.1 IRONIA, HETEROGENEIDADE E EQUIVOCIDADE DISCURSIVA

A linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, à descrição, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, (...) porque a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco), (ORLANDI, 1995 : 12).

Com base em estudo desenvolvido por ORLANDI (1983), a importância da ironia está em proporcionar a reflexão sobre a linguagem, pois apresenta um funcionamento passível de ser refletido em sua *opacidade e multiplicidade de sentidos*. A ironia é, portanto, um dos lugares em que o processo de autodestruição do sentido mostra seu funcionamento.

Normalmente, consideramos que, na linguagem usual, as palavras têm um conteúdo determinado e um significado delimitado. Fala-se, nos estudos lingüísticos, em definição, isto é, a perífrase de um conteúdo, de uma palavra. Isso toca na questão da literalidade que, na nossa concepção, é vista sob um outro enfoque.

O sistema lingüístico não é considerado em sua estaticidade, mas em seu dinamismo, pois sua estrutura é heterogênea, capaz de deslocamentos. Assim, aquilo que seria considerado um sentido literal, preciso, relacionado com a intenção do falante, passa a ser visto como um paradoxo, podendo ao mesmo tempo ser um e estar em todos os usos possíveis; ser delimitado e multiplicado pelo contexto.

De acordo com a AD, não há um sentido do qual derivam outros, pois o mesmo ganha referência dependendo do contexto⁵. Esse contexto deve ser entendido em sua relação com o histórico/ social - em que ele for utilizado. Portanto, há tantos sentidos quantos forem os contextos de sua utilização.

Assim, consideramos a questão da literalidade como um efeito ideológico e não como um sentido pré-existente do qual derivam outros. É disso que fala PÊCHEUX (1988) sobre o processo de institucionalização do sentido na interlocução, uma vez que para ele é através da relação existente entre as diferentes FDs que um sentido se torna dominante e passa a ser considerado literal.

Com base nisso, entendemos que a literalidade não pressupõe uma fixidez de sentido, mas, antes, ela supõe um dinamismo na relação com os sentidos, visto que ao produzirmos a linguagem, instauramos a dominância de um sentido em relação aos outros.

Entendida como produto da história, a literalidade relaciona-se diretamente com o que está ou não institucionalizado, já que entre o processo de produção dos sentidos e os seus produtos há recobrimentos e deslocamentos e nesse jogo de dominância, a história pode estar inscrita em qualquer uso que se faça da linguagem.

Nesse jogo entre a pluralidade de sentidos e a permanência de um limite preciso manifestam-se dois processos da linguagem que é o parafrástico e o polissêmico, os quais instituem a diferença entre a produtividade e a criatividade, através da ruptura do processo de produção dominante. Portanto, resulta disso uma tensão entre um (nível parafrástico) e vários sentidos possíveis (nível polissêmico), evidenciando-se desse modo a capacidade de transcendência da linguagem, que se dá via inconsciente e ideologia, tidos como duas manifestações da história.

Entendemos o processo parafrástico na acepção de ORLANDI (1987), como tendo sua origem na reiteração de processos cristalizados pelas instituições, e que se caracteriza por um retorno constante do homem a um mesmo espaço dizível; já o processo polissêmico, por instaurar o diferente, causa um deslocamento desse dizível. Desse modo, temos, então, de um lado a paráfrase, como retorno constante

⁵ A ironia, presente no humor, mostra exatamente que, dependendo do contexto, o sentido pode vir a ser outro. Dessa forma, pode-se defini-la como o processo estabelecido entre *o que é explicitamente dito* e *o que é implicitamente significado*.

a um dizer sedimentado, e de outro a polissemia, como tensão que aponta para o rompimento.

Esses dois processos revelam a manifestação da relação entre o ser humano e o mundo, e, nessa relação, temos instaurado o conflito entre o garantido e o que tem de se garantir. É justamente nesse ponto em que a polissemia se caracteriza enquanto força de deslocamento do mesmo, do sedimentado; tem-se aí a tensão básica do discurso que se dá entre o texto e o contexto histórico-social.

Tal jogo entre o mesmo e o diferente, que se dá pela articulação entre esses dois processos, está na base do tipo de discurso que analisaremos através das charges. Nele, observaremos a presença da polissemia de modo a constatar o confronto que se estabelece entre o legitimado e o não-legitimado socialmente. Assim, simultaneamente, tem-se a destruição e a instauração de sentidos, o que caracteriza um processo diferenciado. Isso coloca em xeque a ilusão que se tem de transparência do sentido, enquanto referencial do mundo, pois a ironia surge colocando em cena o inusitado.

Tudo isso nos faz compreender que, enquanto sujeitos, estamos o tempo todo interpretando o mundo, e esse processo funciona sob a crença de que a linguagem serve como uma etiqueta para nomearmos os objetos, falarmos sobre eles descrevê-los, e essa é também uma ilusão que nos faz acreditar que nosso relacionamento com o mundo se dá de forma direta, estando a ideologia ausente, sem posição alguma. Todavia, é justamente nesse processo que o efeito ideológico está atuando, de modo a nos fazer crer na transparência da realidade e do mundo.

Essa noção de ideologia passa necessariamente pela questão da ilusão constitutiva do sujeito, da qual falamos anteriormente, que se manifesta através da linguagem instaurando sua incompletude, visto que todo discurso se relaciona com outros e principalmente com a situação sócio-histórica em que é produzido.

Nesse sentido, podemos compreender que a questão da literalidade toca fundamentalmente na questão da incompletude do sujeito, uma vez que o mesmo se apóia numa concepção de auto-suficiência - sua e da linguagem - que o faz entendê-la como acabada e conseqüentemente completa. Desse modo, temos a ilusão de um sentido e de um sujeito que se complementam.

Isso vem ao encontro do que diz ORLANDI (1996) sobre o fato de a linguagem ser um modo de domesticar o sentido, o que aponta para a presença do literal na linguagem e também a vocação à univocidade, ao completo.

Essa relação entre a linguagem e mundo é mediada pelo discurso e em seu sistema de relações de sentidos, a princípio, todos eles são possíveis ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um: “O sentido, para a AD, não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica.” (ORLANDI, 1996 : 27).

Isso nos faz compreender que o sentido está intimamente ligado à questão da interpretação, uma vez que não há sentido sem interpretação e é justamente essa afirmação que nega o princípio da literalidade, porque a linguagem é incompleta.

Portanto, segundo PÊCHEUX (1975), uma palavra não tem um sentido próprio que esteja preso a sua literalidade, pois isso seria admitir que os elementos significantes já estariam dotados de sentido.

Esse processo em que observamos um sujeito enquanto fonte do sentido - o que entendemos como um efeito ideológico - aponta para um sujeito heterogêneo, constituído ideologicamente. Essa heterogeneidade, que lhe é constitutiva e que se mostra em seu dizer, remete aos estudos de REVUZ (1982 - 1998).

A autora analisa o que é produzido no fio do discurso, quando um locutor único introduz o *Outro*⁶. Acentua, em suas pesquisas a divisão do sujeito, e concebe que o mesmo se inscreve em seu discurso na relação que articula um imaginário de coincidência a um real de não-coincidência. Seu estudo é uma reflexão acerca das formas de representação do dizer, o qual é marcado pela heterogeneidade, pela presença do *Outro* constitutivo do discurso.

O conceito de heterogeneidade explorado por REVUZ (1982) traz maior especificidade a essa noção do *Outro*, pois, ao distinguir dois tipos de heterogeneidade: a mostrada e a constitutiva, a autora especifica a noção do *Outro*, inscrevendo-o na seqüência do discurso.

⁶ Revuz estuda a dialogização interna do discurso através da concepção do *Outro* da teoria lacaniana. Considera-se, portanto, que o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do *Outro*.

A primeira - que é da ordem da sintaxe - é indicada no discurso sob a forma marcada, citada (direta, indireta,...); trata-se de uma representação em que o locutor, ilusoriamente, coloca-se como um em relação à pluralidade de outros. Já a segunda, a constitutiva, refere-se à alteridade como condição intrínseca e essencial de existência do discurso de um sujeito que acredita ser fonte do seu dizer; nesse caso, a presença do *Outro* não é representada na materialidade lingüística.

Com base numa abordagem psicanalítica, a autora concebe um sujeito que é determinado por sua relação com a exterioridade, sendo um sujeito descentrado, dividido. Entende com isso que manifestações do inconsciente irrompem no curso normal da vida cotidiana, como os atos falhos, os sonhos. Desse modo, aquilo que é censurado pode ser apreendido por meio de marcas dessas manifestações que vão produzindo o discurso do inconsciente.

Outra abordagem teórica escolhida por Revuz, para apoiar a heterogeneidade constitutiva, além da ancoragem na psicanálise freudo-lacanianiana é a perspectiva dialógica proposta por Bakhtin, segundo a qual duas modalidades de interação inscrevem constitutivamente o outro no discurso.

Com base na primeira modalidade, há a pressuposição de que a relação do homem com a língua corresponde a uma teoria da produção do sentido no discurso, onde o sentido não é fixo, mas é produzido em situações dialógicas cujas palavras não possuem neutralidade, ao contrário, apresentam-se carregadas de outros discursos, conseqüentemente, de outros sentidos.

De acordo com a segunda modalidade, há uma intervenção na dialogização interior, onde todo discurso tem sua mensagem formada no processo de comunicação. Nesse caso, o próprio locutor incorpora à sua fala a imagem do outro discurso que ele atribui ao seu interlocutor.

Tem-se com isso um duplo dialogismo que se dá a partir do discurso em relação aos outros e o discurso do interlocutor, imaginado pelo locutor. Segundo Authier, esse outro pertencente ao campo do discurso deixa de fora o outro do inconsciente que aponta para a heterogeneidade. Para a autora, nisso incide a dificuldade da proposta bakhtiniana.

Por não se reduzir a um dizer explícito, o discurso traz consigo a presença constante de um outro de nós mesmos; assim entendemos que aquilo que é

rejeitado ou ignorado por nós, é manifestado, mostrado no discurso *normal* de modo a atestar essa presença permanente, que é passível de ser resgatada, através de marcas na cadeia da fala, revelando com isso o desejo do sujeito na articulação do discurso com seu avesso, isto é, aquilo que está no nível do inconsciente (cf. TEIXEIRA, 1998).

Uma forma complexa de heterogeneidade, caracterizada por REVUZ (1995), é a modalidade autonímica, em que o sujeito usa certas palavras em seu discurso e, ao mesmo tempo, mostra-as. Tal modalidade é entendida pela autora como modo de dizer, através do qual a enunciação de um elemento qualquer de uma cadeia é desdobrado, comportando, assim, sua representação reflexiva e opacificante. Essa retomada reflexiva do dizer, de forma marcada, é determinada através de glosas concretamente efetuadas.

Para Revuz, descrever a enunciação de uma palavra do ponto de vista da modalidade autonímica, significa abordar as variadas formas de auto-representação do processo enunciativo, as quais podem ser remetidas a glosas parafráticas de vários tipos, como: “eu digo x...”, “as palavras que eu digo...”. Por meio dessa modalização, a evidência relativa do enunciado é suspensa, dando lugar à enunciação transparente e é esse mecanismo de apagamento que converte a palavra numa maneira de dizer relativa, particular.

A heterogeneidade também pode ser observada de outra maneira nas formulações humorísticas, isto é, através da simultaneidade de sentidos diferentes num jogo de dizer que se caracteriza pelo emprego da ironia.

A ironia, uma das formas de heterogeneidade mostrada, mas não marcada lingüisticamente, expõe a dispersão dos sentidos, ao contrário da linguagem ordinária que busca a transparência e a unidade (ilusória) do sentido.

Concebemos a ironia não como uma técnica, mas como um processo de desconstrução do sentido, que se valendo da equivocidade constitutiva da língua desestabiliza o institucionalizado. Assim, o que para o sujeito seria transparente e evidente revela sua heterogeneidade e a do seu discurso.

Desse modo, entendemos que as próprias marcas formais em uso na linguagem são conseqüência de um processo maior de constituição do sentido. É por isso que para o analista do discurso, há não só a necessidade de ultrapassar os

limites da frase, mas também reintroduzir a noção de sujeito, sentido e história a fim de não trabalhar com a *ilusão referencial de transparência da linguagem*. Portanto, a abordagem teórica aqui proposta visa a superar o caráter positivista da linguagem, principalmente no que se refere à noção de literalidade.

O processo irônico enfatizado nesta pesquisa, que desencadeia a relação entre o fixado e o possível, o mesmo e o diferente, também traz consigo outras características como a instauração da dúvida, através da suspensão do dizer, podendo estabelecer com isso a incerteza, a simulação, a ruptura de significação.

Através da ironia, entendida como desconstrução dos sentidos, é instaurada uma relação com outros discursos. Essa possibilidade de deslocamento do sedimentado, levando o enunciado para além da transmissão de informações, instaura outro tipo de discurso - o irônico -, cuja presença nas charges, ao provocar o deslocamento de sentidos, vai de encontro à necessidade do sujeito pragmático, de um mundo lógico, conforme observam GADET e PECHÊUX (1981).

O jogo irônico é marcado pela ruptura com aquilo que se pressupõe sólido e congruente no discurso legitimado. É através desse jogo com o estabelecido que o processo polissêmico é desencadeado e a ruptura se manifesta.

De acordo com ORLANDI (1983), é por meio da ruptura que a autodestruição do sentido se instala, e desencadeia-se um processo de significação que coloca em funcionamento o discurso sobre o discurso e o discurso que evoca outro, como a ironia, a alusão, a citação, consolidando com isso o deslocamento dos processos de significação instalados previamente.

Como já vimos, tudo isso é possível pelo fato de a língua, simultaneamente, ser um sistema que guarda em si a necessidade de um ordenamento. Tal fato diz respeito à dualidade do sistema lingüístico: de um lado temos a noção de ordem própria da língua, inerente à sua estrutura e, de outro, uma ordem exterior que remete a uma dominação.

A ironia, enquanto tipo de discurso, instaura um funcionamento de linguagem que aponta para o equívoco e atesta a não-transparência do sujeito e do sentido. É o que diz ORLANDI:

Pela ironia, questiona-se a natureza da linguagem, questiona-se a inserção no senso-comum, questiona-se o funcionamento da ideologia e a própria constituição da significação. E, ao questionar, põe-se em funcionamento mecanismos que impedem que a linguagem estacione e pare de significar (1983 : 92).

Portanto, entendemos que a ironia constitui-se num processo que estabelece, no espaço do dizer, uma fronteira entre o dito e o não-dito, acarretando simultaneamente o apagamento, a autodestruição do sentido, e a instauração de um sentido outro, passível de ser apreendido por meio da interpretação.

Nesse jogo, ao mesmo tempo em que a linguagem se apresenta, supostamente em seu caráter de transparência, ela revela sua opacidade e multiplicidade de sentidos. É isso que buscamos compreender na análise das charges políticas.

3.2 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE HUMOR

...o humor e o traço poético não são “domingo do pensamento”, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica... (PÉCHEUX, 1997 : 53).

Ao estudar o humor, freqüentemente os interessados no assunto esbarram na dificuldade em defini-lo com precisão⁷, justamente pelo fato de o mesmo confundir-se com o riso e o cômico.

De acordo com o chargista brasileiro Ziraldo, o humor é considerado uma arte de descobrir a verdade, utilizando a capacidade criativa do homem. É uma forma não-linear de se descer ao fundo das coisas, de buscar e entender sua essência e revelá-la de modo não convencional. E este modo é por ele considerado uma descoberta, uma revelação, uma invenção criativa.

Ao contrário do que alguns dicionários afirmam, para Ziraldo o humor não é uma disposição do espírito, mas uma “posição do espírito” que permite uma visão especial da vida. Também para esse humorista, inevitavelmente, o humor está relacionado com o riso e este, por sua vez, com a comicidade. O riso está sempre

⁷ Robert Escarpit (1991) introduz sua obra, ressaltando essa impossibilidade de se definir o humor.

ligado ao homem e ao seu comportamento, daí se dizer que não há nada cômico fora do humano, pois mesmo aqueles que não o são provocam o riso, por fazer lembrar algo de similar ao homem.

Em seu artigo “Ninguém entende o humor”, ZIRALDO (1970) procura situá-lo, sem, no entanto, defini-lo, pois, para ele, definir algo é exigir estaticidade, término e, no caso do humor, isso não acontece, uma vez que é visto como uma forma criativa de analisar criticamente o homem e a vida em sua dinâmica. Assim entendido, o humor desmonta um falso equilíbrio, anteriormente criado pela própria imaginação; ele é antes de tudo, um caminho para se chegar à verdade; verdade esta descoberta inesperadamente, através da alegria provocada pelo humor.

Para o autor, o humor nos permite o exercício do cômico⁸ e este exercício proporciona compreendermos o êxito cada vez maior do humor que pode ser entendido do seguinte modo:

Quanto mais coisa pra desmistificar, quanto mais verdade escondida, quanto mais equilíbrio desmontável, maior o seu campo de ação, maior a sua presença, maior a necessidade do seu consumo. (p. 36)

O humor, então, na concepção de Ziraldo, pode ser considerado uma revelação de algo que está escondido ou que, pelo menos, usualmente, não é verbalizado.

De acordo com DEFAYS (1996), para tentar definir o humor, seria conveniente fazê-lo partindo de uma caracterização do riso, pois o mesmo reflete constantemente nossa cultura, nossa natureza. A divisão cultural, histórica, espaço-temporal que uma sociedade estabelece entre o riso gratuito, fácil, previsível e o sério, útil, importante, confiável, é reveladora das bases, das tensões, e das mudanças dessa sociedade.

Sob certas condições, tudo pode prestar-se ao riso, que pode variar de aspecto e de procedimentos. Desse modo, o humor, que provoca o riso, pode ser

⁸ Notamos a diferença entre o humor e o cômico pelo fato de que nem sempre o humor provocará o riso. Já a comicidade é caracterizada, justamente, por ter o riso como um efeito, uma reação. Assim, parece ficar claro que o humor pode relacionar-se com o riso, mas não o desencadeará, necessariamente.

percebido em sua sutileza, através da ironia, insinuação; e pode também ser focalizado através de um jogo de palavras, ou em uma breve situação cômica.

Na tentativa de definir o que se entende como humor, DEFAYS (ibid) diz que não é algo de fácil definição, pois é relativo, ambíguo, instável. Sobre isso, o autor ainda cita o comentário de Jean Coehn, segundo o qual a comicidade tem como único privilégio induzir a uma reação fisiológica específica e reconhecível (o riso), bem como para Jean Sareil que entende o humor associado ao cômico, àquilo que faz rir.

Para Cícero (apud TODOROV, 1980), o riso pode ser provocado pela ludibriação da expectativa do ouvinte, pela ridicularização dos defeitos próprios ou dos semelhantes, pelo fingimento da ingenuidade e pela recorrência à caricatura e à ironia, através de anedotas, jogos de palavras, ambigüidades, metáforas.

A definição do humor por seus efeitos hilariantes coloca alguns problemas, pois há diferentes formas de humor que não fazem rir e de risos que não devem nada ao cômico como: a alegria de viver, cócegas, tortura, histeria, entre outras, mas para o riso do cômico, as causas são inúmeras e não produzem os mesmos resultados.

Sob outro ponto de vista, o riso pode ser também um meio de comunicação e se entendido como efeito imediato do cômico pode servir para significar o desdém, a adesão, a submissão e também pode causar o prazer da transgressão, refletindo um momento de relaxamento.

Se considerarmos o riso enquanto efeito de comicidade, inferimos então, que ele advém sempre de um estímulo intelectual e é intencionalmente preparado e/ou conscientemente percebido em relação a este efeito.

Para BERGSON (1980), que estuda o cômico, o riso é um rompimento de um equilíbrio e é provocado quase sempre quando um encadeamento lógico perde seu ritmo e cria um novo encadeamento absurdo, que se julgado na perspectiva do encadeamento anterior, nasce o riso entre duas retas deste paralelo. Dessa forma, para esse autor, o cômico é a lógica do absurdo.

Ao proporcionar fazer ou dizer mal sem, no entanto, expor-se à censura, o humor, em sua concepção mais nobre, permite ao indivíduo triunfar da infelicidade alheia através da sátira, da maldade, do inconveniente, da zombaria.

Dentre as diversas características, uma que merece ser observada, ao se referir ao humor, é o fato de o mesmo poder se manifestar através da ambigüidade, simulando, imitando, a fim de arremedar o verdadeiro, para denunciar, disfarçar as personagens, os gestos, as intenções, revelando assim, seu tom irônico e simulado.

Outra forma de se considerar o humor é enquanto liberador de tensão ou depreciação, sugerindo o riso como resultado da eliminação de um mal ou ameaça constante, descrevendo-o como uma percepção súbita de um fato anormal e inesperado.

Do mesmo modo, SCHOPENHAUER (apud, DEFAYS,1996) em sua teoria da incongruência, diz que o riso advém de um desacordo entre um conceito e a realidade, ou seja, o efeito humorístico segundo esse autor, dá-se pela incompatibilidade de elementos entre duas ou mais partes ou circunstâncias unidas em um objeto complexo.

Essa questão da incongruência é encontrada nos estudos de KOESTLER (1964) que, trabalhando com estruturas cognitivas, introduz a noção de choque bissociativo da piada. Defende que o padrão subjacente a ela é sustentado pela percepção de uma situação de incompatibilidade entre dois *frames*⁹ que são autoconsistentes e inconciliáveis.

Para o autor, ao se interseccionarem, esses dois frames não estarão ligados a um só contexto associativo, mas bissociado a dois. Então, se analisada do ponto de vista de uma norma, convenção, ou senso comum, essa bissociação e incongruência são consideradas propriedades de elementos discrepantes. Para melhor esclarecer o termo bissociação, temos o seguinte exemplo: *Um condenado estava jogando cartas com seus carcereiros. Ao descobrir que ele estava trapaceando no jogo, os carcereiros expulsaram-no da prisão.*

Podemos analisar essa piada, considerando duas regras convencionais: uma que pune transgressores com o encarceramento e outra que pune trapaceiros com a expulsão. Ambas chocam-se numa situação determinada e estão implícitas no texto. Decorre disso o efeito cômico.

Desse modo, o termo incongruência surge caracterizando um desvio, uma ruptura cognitiva, a partir de uma experiência particular que resulta na percepção de

⁹ Frames são os conjuntos de conhecimentos armazenados na memória sob um rótulo, mas sem ordenação temporal ou causal.

algo como improvável. Tal quadro teórico de referência, com o qual se estabelece a relação entre sujeito e incongruência, aponta para a necessidade de interação humorística, ou seja, para que o humor se estabeleça, é necessário que haja a intenção de criar uma incongruência pelo produtor e a percepção dessa intenção pelo receptor.

Sobre essa necessidade, RASKIN (1987) considera que a utilização de estratégias para preencher a ausência de elementos partilhados é fundamental para que o humor se estabeleça em determinada situação.

Sua teoria baseia-se em *scripts*, que são entendidos como conjunto de conhecimentos armazenados na memória, referentes a estereótipos de uma dada cultura. Nesse sentido, a teoria de Raskin e de Koestler corresponde à análise do humor num nível cognitivo, focalizando os processos gerais que provocam a receptividade do humor.

Essa questão da aceitabilidade do texto humorístico, de acordo com BARROS (1994), diz respeito não só à manifestação explícita de riso ou não-riso, mas também à atitude do receptor em relação à incongruência criada nesse tipo de texto, à permissão para manipulação dos seus esquemas cognitivos.

Tal permissão ou rejeição à manipulação de esquemas tende a confirmar o que FREUD (1977) diz sobre o fato de o receptor apreciar o humor apenas quando estivessem neutralizados seus sentimentos de piedade, de dor, no momento da interação humorística, ou seja, é necessário um envolvimento, uma predisposição para divertir-se, uma manifestação de qualquer tipo de sentimento que evoque o prazer no ouvinte; a isso Freud chama de “inclinação a divertir-se”.

Sob o ponto de vista da psicanálise, Freud considerou que o humor seria não só um modo de liberação de tensões, mas também um fenômeno social, uma vez que aos indivíduos são impostos padrões, sistemas coercitivos que formam censores em suas mentes, a fim de imputar-lhes o estável e o aceitável.

Quando essa censura se torna flexível, proporciona ao indivíduo uma liberdade maior de pensamento e, então, surge o espaço para idéias incoerentes e inesperadas, similarmente ao que ocorre numa situação cômica. Dessa forma, ocorre a introdução do diferente, através da interligação de enunciados

contraditórios que se servem da similaridade, para provocar a ruptura com os padrões socialmente estabelecidos.

Nesse sentido, o humor funciona como um mecanismo capaz de provocar mudanças sociais, tornando explícitas as diferenças com o preestabelecido e a razão imposta ideologicamente, possibilitando, assim, a liberação das tensões psíquicas. Compreendemos com isso que, se por um lado há um sistema social coercitivo, que estabelece normas comportamentais, por outro há o espaço para a subversão.

As diferentes concepções de humor aqui abordadas nos permitem apontar alguns aspectos importantes como: a liberação de tensões, a imprevisibilidade, a ruptura com o estabelecido, a introdução do diferente e, ainda, a necessidade da interação entre os interlocutores para que o humor seja percebido.

Em seu estudo sobre o humor, POSSENTI (1998) faz uma análise de piadas considerando basicamente a descrição do material lingüístico. Sob um ponto de vista estritamente lingüístico, as piadas são analisadas, a fim de que seja demonstrado seu mecanismo, a partir dos níveis: fonológico, morfológico, sintático e lexical, ou seja, o estudo restringe-se à identificação e descrição de elementos formais, responsáveis pelo desencadeamento do humor. Não vê, todavia, a dimensão do equívoco, pois o termo quando aparece é considerado enquanto engano em termos de recepção da piada; nesse sentido o equívoco é considerado como produto da linguagem.

Sobre isso, TRAVAGLIA (1995), ao estudar o humor, também apresenta o equívoco sob o prisma de quem participa da piada, é o que ele denomina de leitura equivocada, cuja causa é a homonímia que seria o gatilho do humor:

É comum que só o receptor da piada perceba a leitura equivocada. Neste caso o personagem permanece no equívoco, entrando em ação o script humorístico da ignorância ou estupidez (TRAVAGLIA, 1995 : 47).

Como exemplo, o autor menciona a piada “Regime Lusitano” (p. 45, *ibid*), em que Manuel, personagem gordo, procura um médico especialista em regimes que recomenda ao paciente que coma durante dois dias e pule três. E ao seguir,

rigorosamente a dieta médica, Manuel retorna ao consultório com dez quilos a menos, para surpresa do médico que diz:

...e eu nem imaginei que isso fosse possível.

E o seu Manuel:

Ora, pois... Foi sim! Só que no terceiro dia, pensei que ia morrer!

De fome?

Não... De tanto pulaire!

Temos, então, noções de equívoco que se afastam daquela que norteia este estudo, uma vez que o concebemos como constitutivo da língua, um efeito do funcionamento da linguagem e não um produto. Entendemos com isso que a língua é voltada ao equívoco, (FERREIRA, 1994 : 15) e que os sentidos de um enunciado são passíveis de deslocamentos e isso é considerado discursivamente como uma condição estruturante da própria língua.

Uma análise feita tomando por referência o estudo de Possenti é a de ILARI (1999) que diz haver uma tese central sustentada nas análises de Possenti de que por baixo de toda piada há a construção de um equívoco ou de uma ambigüidade de caráter verbal.

Enfatizamos, portanto que, em AD, o humor é um processo, cujo efeito de sentido atesta a equivocidade constitutiva da língua e não é um produto construído através da linguagem.

Uma perspectiva discursiva sobre o humor é a encontrada no estudo de GADET e PÊCHEUX (1981). A existência do humor, no capítulo “Énigme, Witz e Joke” pressupõe um real da língua atravessado por fissuras as quais podem se revelar através do absurdo, do “witz”, que desestabilizam esse real, sem, no entanto apagá-lo.

Entende-se que esse real, como mencionado anteriormente, não se encontra amarrado aos limites de uma lógica, e o descompromisso com a ordem lógica da língua é que propicia o aparecimento do inusitado.

Ao referir-se aos jogos sobre a língua, os autores observam que há uma tensão constante no interior da mesma, no limite do paradoxo, do absurdo e das certezas lógicas. Esta logicidade a que os autores se referem é posta em jogo através do humor, em suas diversas manifestações, como no caso do “witz” (humor

judaico) e o “joke” (humor anglo-saxão) que podem ser traduzidos através de piadas, ditos espirituosos, chistes, considerados como lugar de contradição.

O humor anglo-saxão usa o absurdo, com o objetivo de traçar fronteiras sobre o terreno da língua e, desse modo, atua como um instrumento domesticador e pedagógico, a fim de controlar e organizar a necessidade de um mundo lógico reduzido, frente a outros mundos possíveis. Nesse caso, o humor considera a existência da equivocidade constitutiva da língua como algo a ser eliminado.

O “joke” pode ser ilustrado através da resposta dada pelo camponês americano ao seu pastor, no momento em que este o convida a dar graças ao Senhor por ter concedido a ele uma terra tão boa: “Se o senhor tivesse visto esta terra no estado em que Ele me deu!”.

Já a relação do humor judaico com o absurdo é diferente, uma vez que não se livra da pura lógica, mas supõe um passo pela história, pela língua e pelo texto, literalmente atormentado pelas fronteiras do sentido, do corpo, da razão e do pensamento, conforme afirmam Gadet e Pêcheux.

Nesse caso, o “Witz” pode ser exemplificado através da resposta do pequeno alfaiate judeu a um cliente descontente por ter que esperar seis anos pela entrega de uma calça, que recorda que Deus não havia levado mais de seis dias para criar o mundo: “Sim, mas veja bem o senhor esta calça e veja o mundo...”

Essa diferença de humor revela-se como um sintoma de profundas diferenças históricas, culturais e ideológicas marcadas na língua. Dessa forma, os dois tipos de humor mostram um modo específico, ao entrar em relação com a diferença, ou seja, frente a uma “normalidade” historicamente imposta, encontra-se na aceitação do absurdo um modo de sobrevivência.

Assim para os referidos autores, o humor em seu mecanismo de funcionamento, opera quase sempre na base da violação de um “saber”, de uma crença, de certos preceitos. Dessa forma, podemos entender o riso como consequência da percepção de um estranhamento, desencadeado pela violação de um saber lingüístico caracterizado por seu aspecto bizarro e incongruente.

É por meio da equivocidade constitutiva, que podemos apreender como se dão os jogos de diferenças, das contradições, do paradoxo e do absurdo, os quais são reveladores do caráter oscilante da língua.

Mais do que revelar essa oscilação da língua, as brincadeiras com a língua, na concepção de PÊCHEUX (1988), passam a ser consideradas como um sintoma que está relacionado com a questão do assujeitamento ideológico. Nesse sentido, os jogos com a língua apresentam-se como sintomas de rebeldia, ou seja, uma forma de o sujeito se dar conta do processo de interpelação a que está submetido.

Mesmo em sua condição de assujeitado, existe um meio de jogar com a língua e é justamente aí que entra o humor, atestando a equivocidade constitutiva da língua (e não produzida).

Portanto, numa perspectiva discursiva, o humor pode ser considerado como um processo diferenciado, um efeito que coloca em cena, a partir do equívoco na/da língua, a heterogeneidade do sentido e do sujeito. É isso que procuraremos mostrar na análise do “corpus” desta pesquisa.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA CHARGE

Nesta parte de nosso estudo, buscamos caracterizar a charge, partindo do histórico da caricatura¹⁰, visto que ambas se encontram intrinsecamente ligadas e não há como falarmos numa sem mencionarmos a outra. Primeiramente, vamos situá-las historicamente, uma vez que marcaram e ainda marcam fatos importantes, principalmente no campo político brasileiro.

A proximidade na caracterização da caricatura e da charge fica evidenciada nas palavras de Aurélio B. de H. Ferreira, que define a primeira como desenho, cujos traços são reveladores de certos aspectos caricatos de pessoas ou fatos; representação burlesca em que se arremedam ou satirizam comicamente pessoas ou fatos; reprodução deformada de algo; pessoa ridícula pelo aspecto ou pelos modos. Quanto à charge, o autor a define como representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político.

¹⁰ É importante dizer que, de acordo com FONSECA (1999), podemos classificar como formas de manifestação da caricatura a charge, o *Cartum*, a tira cômica, a história em quadrinhos, entre outras.

Portanto, a razão de não se poder falar de uma sem mencionarmos a outra, é entendida pelo fato de que ambas estão intrinsecamente relacionadas, quer por suas formas de representação, quer por seu caráter revelador, desmistificador que além de criticar, denunciar, fazer refletir, valem-se do humor para alcançar seus objetivos.

No século XIX, a caricatura conquistou seu espaço servindo-se da imprensa como forma de expansão, e representou-se, enquanto arte, mantendo suas principais características como a ironia, a sátira, a crítica e o grotesco.

A caricatura, dona incontestável da mais terrível arma - o ridículo - sempre teve papel de importância, seja para marcar uma época, um fato social ou uma personalidade. Com sua evolução, a caricatura que era inicialmente um protesto situado fora das regras da estética tornou-se obra de arte, expressão positiva e rica de sentido plástico. Incontestavelmente, ela possibilita verdadeira incursão no procedimento moral, físico e mental do caricaturados, sendo o mais perfeito, minucioso relatório do caráter da sociedade de qualquer tempo.

Examinadas, no tempo e no espaço, na ressonância que encontraram e na influência que exerceram, as caricaturas atingiram o mais alto sentido social, represando e, por vezes, sublimando os sentimentos de seu meio, usando o ridículo e a malícia para estigmatizar os baixos sentimentos humanos.

Em face da responsabilidade no quadro social da época, ao verdadeiro caricaturista eram necessários o poder de observação, o estudo perfeito das atitudes psicológicas, a memória privilegiada, que lhe permitia fixar graficamente a realidade, pois a caricatura era um espelho deformante no qual deveriam ser refletidos, com exagero essencial, os vícios e as virtudes da sociedade em que o caricaturado aparecia, não como era imaginado, mas sim como era na realidade.

Apresentada inicialmente em pranchas soltas, a caricatura tinha sua divulgação de forma precária, pois somente alguns privilegiados podiam possuí-la. Com o aparecimento dos primeiros jornais satíricos ilustrados, na década de 1930, iniciados com o famoso *La Caricature*, de Charles Philipon, ela teve uma maior divulgação.

Com a chegada do século XIX, a liberdade de imprensa passou a ser usada, compreendida e manipulada arbitrariamente, movida acima de tudo pela alegria de

uma nova conquista que estava diretamente relacionada com o momento histórico de transformação que era o liberalismo. Desse modo, a caricatura chegou como um gênero de arte autônoma e encontrou na imprensa seu grande veículo de expansão.

Das incipientes deformações grotescas de seu começo, a caricatura passou a servir-se do desenho, no que ele pode ter de puramente formal, aliando legendas de espírito, ou então, chegando através de síntese linear, tornando-se com isso uma compreensível linguagem universal. Cumprindo assim o seu objetivo, a arte da caricatura seguiu evoluindo, a fim de se chegar, com o passar dos tempos, a uma potencialidade que, nos dias atuais, pode ser considerada como uma representativa manifestação artística.

No Brasil, a arte da caricatura é pouco mais que centenária, tendo aparecido em 1837, de acordo com alguns pesquisadores. Com o surgimento de alguns jornais da época, entre outras publicações, tal arte foi ganhando cada vez mais espaço para veiculação.

Na busca de um maior e melhor aprimoramento nesse tipo de arte, aqui no Brasil, seus representantes passaram a se preocupar em produzir um trabalho de alta qualidade, até porque a caricatura era vista como uma forma de arte menor, ainda que para uma minoria. O fato de tal arte não ser bem aceita tinha a ver com seu caráter provocador e, em consequência disso, com o amadurecimento profissional de alguns caricaturistas brasileiros. Estes começaram a perceber que deveria haver uma forma não aviltante de se falar com mais gente ao mesmo tempo.

Buscando o aprimoramento de sua produção e uma forma que proporcionasse maior abrangência de divulgação, os caricaturistas brasileiros passaram a trabalhar com charges, as quais tinham um tom crítico frente aos momentos de crise pelos quais o país passava.

Desse modo, a charge assumiu seu papel de destaque e assim como a caricatura, define-se como um desenho crítico, um desenho contestatório que reivindica alguma coisa. A charge é uma palavra francesa que significa carga, é um desenho pesado, crítico, que tem características temporárias momentâneas.

A charge cresce enquanto desenho revelador de um momento de crise na sociedade, principalmente, quando as coisas vão muito mal. Foi o que se observou

na época da ditadura, a partir de 1964, no Brasil, quando não havia a liberdade de expressão.

Então, a charge assumiu um importante papel de resistência, numa forma de crítica àquela situação. Foi nessa época também que surgiram grandes chargistas como: Ziraldo, Henfil, Jaguar, entre outros, que aproveitando o momento pelo qual o seu país atravessava, criaram juntos um jornal de resistência: *O Pasquim*, basicamente, feito de charges, que, na época, teve muita repercussão.

Para o chargista Sampaulo, a charge mais do que um veículo desencadeador do riso é um veículo de denúncia que propicia ao leitor, que não dispõe de muito tempo, um texto mais reduzido.

Assim, os chargistas procuram condensar, por exemplo, uma crônica num desenho, a fim de que o leitor estabeleça uma comunicação mais rápida. Vê-se nisso uma vantagem da comunicação, que o chargista Sampaulo define como sendo necessária para alertar o leitor sobre o que está por trás de alguma coisa que está armada contra o leitor, o consumidor, enfim, todo o povo.

Portanto, podemos dizer que a charge, de um modo geral, revelou-se como um foco de resistência contra as mentiras, contra as injustiças e que a mesma tem a capacidade de denunciar de maneira não convencional o que os censores não eram capazes de perceber.

Desse modo, muita coisa pôde ser dita em época de repressão e censura. Ainda nos dias de hoje, a charge continua servindo-se, alimentando-se de acontecimentos políticos e da própria sociedade com seu comportamento, seus modismos, seu jeito de viver, enfim, tudo isso pode ser captado e veiculado através da ótica de um chargista.

A esse respeito diz Miguel Paiva:

O chargista se vê um pouco como uma espécie de justiceiro. (...) faz parte do ego do humorista e do chargista essa vontade de consertar o mundo. É uma coisa meio moralista mesmo. É claro que há o lado bom de consertar o mundo, mesmo se exagerando um pouco, pois é o cara que está vendo alguma coisa e quer que os outros vejam (1991 : 38).

O humorista Edgar Vasques (1991) destaca a relação entre humor e charge. Para ele, todas as pessoas, de uma forma ou de outra, fazem humor e isso se

evidencia, até mesmo quando apelidam um colega, pois, acabam fazendo com isso uma caricatura através de palavras, ainda que não percebam. Nesse sentido, pode-se considerar que só existe humor porque também existe um público que o pratica, apelidando, caricaturando verbalmente os outros, fazendo piadas, produzindo uma forma engraçada de cultura.

Ainda hoje esse tipo de arte é atuante, valendo-se de todo tipo de acontecimento passível de crítica. Nele podemos observar como características: o predomínio do aspecto visual (caricatura) sobre o verbal, o jogo com palavras que desencadeia um processo irônico, o forte caráter crítico, a instauração do diferente, do imprevisível e do jogo.

Sob um ponto de vista pragmático, a charge é caracterizada por SILVEIRA e FELTES (1997) como a apresentação de um fato cotidiano com pinceladas de humor irônico, forte dependência de informações, uso reduzido do código verbal associado à imagem visual, tudo isso inserido num contexto marcado preferencialmente pela atualidade.

Além disso, nessa perspectiva (pragmática), a charge tem um caráter opinativo, o que a torna intrinsecamente interpretativa, uma vez que há uma intenção informativa do autor a ser reconhecida como um ato de comunicação. Acrescenta-se a isso o fato de sua imagem permitir uma leitura em menos tempo do que o requerido pelo texto escrito, o que a torna mais atraente e, portanto, um estímulo ostensivo, de acordo com as autoras.

Para elas, a leitura da charge depende das vivências e conhecimento de mundo de quem a lê e pode levar a diferentes interpretações, não havendo a priori uma interpretação inequívoca.

Concordamos com o fato de que a charge pode desencadear diferentes interpretações, mas isso não significa “qualquer” interpretação, pois há elementos formais - sejam eles lingüísticos ou pictóricos - que direcionam os sentidos ali presentes. Só que essa direção, no caso das charges, funda-se num processo especular em que a imagem e a palavra refletem um “real” do sentido, estranho ao “real” relativo ao universo logicamente estabilizado.

O exagero de determinados traços de pessoas ou fatos através da caricatura, a ironia que se estabelece a partir dos elementos lingüísticos, apontando para outros discursos, constituem o funcionamento humorístico das charges.

Na nossa concepção, a charge é um tipo de discurso que se sustenta materialmente na simbiose entre a imagem e a palavra, isto é, as formas de representação que as constituem (a imagem e a palavra), apesar de diferenciadas, trabalham interdiscursivamente saberes de discursos outros que podem ser resgatados efetivamente, num processo peculiar que rompe com a estrutura lógica dos significantes.

4. METODOLOGIA

4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Como sabemos, a fim de construir um método de compreensão dos objetos de linguagem, a AD instaura um objeto-linguagem distinto daquele da lingüística tradicional, porque procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico¹¹ e não só do seu produto.

A ligação entre língua/discurso nos remete à questão da materialidade discursiva, que consiste em uma relação determinada entre língua e ideologia. Desse modo, o discurso materializa o contato entre ideológico e o lingüístico, no sentido de que representa no interior da língua os efeitos de contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia.

Segundo afirma COURTINE (1984), o discurso deve ser pensado em sua especificidade e, ao se adotar essa concepção específica, deve-se evitar reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre ideologia como representação.

Trata-se de ter, ao mesmo tempo, a análise lingüística, que fornece a descrição e a técnica de manipulação das seqüências discursivas, e a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. Entendemos, com isso, que tais proposições teóricas devem conduzir a

¹¹ Cabe enfatizarmos que, mesmo pressupondo o lingüístico, a AD considera o ideológico inscrito no objeto de análise. Portanto, essa é a concepção lingüístico-discursiva que fundamenta este trabalho, situada num plano diferente de uma visão lingüística que não contemple a questão ideológica.

procedimentos estabelecidos que venham a realizar a adaptação instrumental, sob a forma de um dispositivo em um campo metodológico.

Desse modo, a AD trabalha um objeto inscrito na relação da língua e da história, como mencionado anteriormente, possuindo um quadro teórico importante que coloca de um lado o conceito de formação discursiva, e de outro a distinção entre processo discursivo e base lingüística. Assim, através da análise dos processos discursivos, podemos chegar aos efeitos de sentido no discurso; e a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido.

Essa distinção entre base lingüística e processo discursivo pode tornar perceptível as relações de antagonismo, aliança, recobrimento de formações ideológicas determinadas, e exprimir, com isso, o fato de que em uma conjuntura dada da história de uma formação social, os sujeitos podem se harmonizar ou se afrontar sobre o sentido dado às palavras, falando de modo diferente, embora numa mesma língua.

Ainda refletindo sobre a noção de processo discursivo, é preciso esclarecermos que a língua tomada no sentido das sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, constitui uma invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis do discurso em um momento dado, sendo a própria condição de possibilidade do discurso. Sobre isso afirma ORLANDI:

A fronteira que separa o lingüístico e o discursivo é sempre colocada em causa em toda prática discursiva, e é próprio da relação entre língua e discurso que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas – que são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos – sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais (1996 : 110).

Essa noção que desenvolvemos sobre o funcionamento da linguagem justifica-se na medida em que se observa a importância de não o entender como integralmente lingüístico, mas considerando-o enquanto um mecanismo, em que estão articulados também o ideológico e o inconsciente.

Assim, cabe enfatizar que é a partir dos procedimentos de análise que os princípios metodológicos vão sendo produzidos, num movimento contínuo entre a teoria e a própria análise, decorrendo disso o fato de não se considerar a existência

de um modelo pronto, mas de um modelo que se constrói, na medida em que o corpus vai sendo analisado.

Retomando Orlandi (ibid), a AD não é um nível diferente de análise, mas um ponto de vista diferente e, nessa perspectiva, pode-se trabalhar tanto com palavras quanto com sentenças ou períodos, sob o enfoque do discurso.

Consideramos, nessa relação existente entre língua e discurso, um ponto de partida para o estabelecimento dos critérios metodológicos que irão orientar as análises das seqüências do *campo discursivo* aqui localizado: o humorístico. Essas seqüências discursivas foram extraídas de cinco charges que constituem o *espaço discursivo* delimitado pelas condições de produção.

Cabe esclarecermos que, numa análise discursiva, é preciso levar em conta não só a noção de texto enquanto unidade de análise, mas, também, enquanto unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização. Não é uma unidade de análise não-formal, mas aquela cujo processo de significação se relaciona com o ideológico, daí considerá-lo como lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem.

Numa análise discursiva, entendemos que o texto pode ter qualquer extensão, podendo ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases. Na verdade, o que o define não é sua extensão, mas o fato de que ele é uma unidade de significação relacionada a uma determinada situação.

Essa questão metodológica diz respeito ao fato de que para AD não existe um modelo que se aplique automaticamente a todo e qualquer discurso. A definição da metodologia a ser usada na análise de um discurso específico, como, por exemplo, o humorístico, parte, a princípio, da delimitação de um corpus discursivo que tem como ponto de partida um universal discursivo (conjunto potencial de discursos) para então estabelecer um campo discursivo de referência.

A coleta de dados para constituição do corpus irá, posteriormente, conduzir o analista do discurso ao campo discursivo de referência, que representa o espaço discursivo, a partir do qual será feita a identificação das seqüências discursivas, na qualidade de objeto específico de análise. Tais seqüências Courtine (ibid) define como “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”; e ainda acrescenta que a natureza e a forma dos materiais são variáveis.

Desse modo, ao selecionar as seqüências discursivas, de acordo com os objetivos do analista, elas serão submetidas ao recorte discursivo que funciona como elemento organizador de tais seqüências. Nesse sentido, entendemos a noção de recorte como uma unidade discursiva, um fragmento indissociável da linguagem e da situação, conforme afirma ORLANDI (1996).

Essa noção de recorte estabelece a diferença do ato do lingüista, que se ocupa da segmentação de frases, do ato do analista de discurso que recorta textos. Isso implica uma noção de texto que se distingue da simples soma de frases e da linearidade informativa, mas compreende significação e efeitos de sentidos.

No caso do corpus desta pesquisa, a análise se estende a todos enunciados presentes nas charges; portanto, a noção de recorte se manifesta na própria delimitação de um espaço discursivo específico, que se constitui em charges políticas referentes ao período da campanha para eleição presidencial no Brasil.

É essencial ressaltarmos que, por sua natureza intervalar, o texto não é considerado como uma unidade completa, uma vez que esta não é feita pela soma de interlocutores, tampouco pela soma de frases, como já observamos, mas em sua constituição o texto é composto por elementos menos mensuráveis que segmentos lineares e número de interlocutores, conforme afirma a autora (ibid).

A incompletude do texto se dá porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade e, dessa forma, o texto não pode ser tomado como objeto fechado em si mesmo, mas como constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala. Seu caráter inacabado, enquanto objeto teórico, se dá por sua relação com outros textos e com a situação.

Enquanto objeto empírico (superfície lingüística), o texto pode ser um objeto acabado (um produto), uma totalidade com começo, meio e fim, mas para a AD cabe lhe devolver sua incompletude, ou seja, a análise do discurso reinstala, no domínio dos limites do texto, enquanto objeto empírico, as suas condições de produção. É assim que entendemos a noção de texto.

Essa noção de texto, como processo de significação e lugar de sentidos, é de extrema importância, visto que isso se coloca como fundamental para a operacionalidade dos conceitos a serem posteriormente desenvolvidos, na análise. Desse modo, através dessa noção, instalamo-nos no domínio da significação como

multiplicidade, efeito de sentidos e não como linearidade informativa; portanto, é sob essa perspectiva que as charges serão analisadas.

PÊCHEUX e FUCHS (1975 : 169) afirmam que o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se considera esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva, o que caracteriza o processo discursivo.

Entendido dessa forma chega-se à conclusão de que toda seqüência discursiva precisa pertencer a uma FD para que seja dotada de sentido. Se retomarmos aqui a noção de Formação Discursiva com base em PÊCHEUX (1975), teremos sua definição como sendo aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes.

Dito de outro modo, isso significa que as palavras ou expressões recebem seu sentido da FD em que são produzidas, ou seja, o sentido do discurso realiza-se segundo sua relação com determinada FD. Compreendemos, então, que os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas são determinados pela Formação Discursiva em que o falante se inscreve. Assim, os sujeitos são interpelados em sujeitos-falantes, em sujeitos do seu discurso, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Todavia em PÊCHEUX (1997) temos uma noção de Formação Discursiva vinculada a uma constelação de enunciados logicamente estabilizados. O autor aí inclui algo da ordem do acontecimento que rompe com a determinação imposta pelo interdiscurso da FD. Abre, portanto, espaço para a ruptura, a falha, o acontecimento, o imprevisível, o que não acontecia em sua definição anterior, pois pressupunha os sentidos como previamente determinados nas FDs. Com isso, aquela logicidade supostamente estável passa a ser questionada.

Dessa forma é que ressaltamos a importância de mostrar a inclusão, na constelação de enunciados logicamente estabilizados, de algo que é da ordem do acontecimento, isto é, de refletir sobre o já-dito enquanto estrutura e sobre o novo enquanto acontecimento. Isso toca fundamentalmente na questão da língua afetada pelo real e, conseqüentemente, na questão do equívoco como fator constitutivo da

língua, avaliando a possibilidade de o sentido sempre poder ser outro ou transformar-se em outro.

Considerando que o discurso presente nas charges será analisado com base em suas possibilidades de deslocamentos, as seqüências discursivas serão examinadas a partir de seus pontos de deriva, buscando, também nos referentes iconográficos, vestígios que nos possibilitem analisá-los em sua relação com o discurso do outro. Esse discurso-outro, conforme afirma Pêcheux (ibid), é entendido como espaço virtual de leitura de um enunciado ou de uma seqüência discursiva.

Nesse sentido, entendemos que, se essa presença virtual se instaura na materialidade descritível da seqüência discursiva, ela só pode ser percebida como já-dito pelo confronto que dela se faz, pela reconstituição teórica com a memória discursiva (cf. INDURSKY, 1997).

Uma vez introduzida a categoria analítica de memória discursiva, é importante ressaltarmos que se trata de uma noção de memória inscrita nas práticas discursivas. Relacionando isso com as charges, podemos dizer que elas se ancoram justamente no já-dito em discursos outros que se articulam e se confrontam.

Entendida como responsável por separar e eleger dentre os elementos constituídos numa determinada condição histórica, aquilo que pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona, a memória discursiva tem seu efeito produzido pelo interdiscurso que constitui o sujeito enquanto posição, mas não dá a ele acesso direto à exterioridade. Esta exterioridade pode ser entendida como sendo as marcas do outro em nós, as quais vão sendo assumidas inconscientemente.

Nessa perspectiva, partindo de uma concepção de história enquanto resultante de os fatos reclamarem sentido, não se separa sujeito, objeto, interioridade e exterioridade.

É a partir da memória discursiva que se pode reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna; o efeito de memória discursiva reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se pretende homogêneo; na verdade, ele se deixa apreender justamente a partir dessa homogeneidade.

Esse sujeito heterogêneo, desejanste, manifesta-se em seu discurso através de uma brecha, revelando um sintoma de apreensão do processo significante de interpelação-identificação (cf. PÊCHEUX, 1988). Na realidade, o autor levanta um questionamento crítico sobre o fato de se levar demasiadamente a sério a ilusão de um “ego-sujeito-pleno” em que nada falha, pois para ele é justamente isso que falha em sua obra “Les Vérités de La Palice”. Constatamos, portanto, uma crítica às fases iniciais da AD e a reflexão sobre a possibilidade de se pensar um sujeito do desejo.

Segundo o autor, apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra”, e o que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, podendo ocorrer em cerimônias religiosas, no processo jurídico, no discurso político,...

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio de ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (PÊCHEUX, 1988 : 301).

É isso que tomaremos por base na análise de nosso corpus discursivo, pois acreditamos ser o discurso humorístico, irônico, nas charges, causador do desequilíbrio (aquilo que falha). Tal fato se dá a partir do equívoco na/da língua, isto é, a possibilidade de o sentido sempre poder vir a ser outro.

4.2 MECANISMOS ESTRATÉGICOS DAS ANÁLISES

A estratégia de análise a ser utilizada no presente trabalho enquadra-se na perspectiva da Análise do Discurso, considerando a materialidade discursiva em sua relação com o lingüístico, o ideológico e o inconsciente.

Desse modo, visamos a um estudo inter e intradiscursivo do *corpus*, buscando a articulação das seqüências discursivas de referência assim como dos aspectos iconográficos com os elementos da memória discursiva.

Dentre as charges coletadas de jornais e revistas, privilegiamos as de cunho político, selecionando, dentre elas, cinco que se referem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É importante ressaltarmos que o número de seqüências discursivas a serem analisadas, dentro da perspectiva teórica da AD, não visa à exaustividade. Portanto, a quantidade de dados não é importante, mas sim a escolha das seqüências discursivas de referência que deve estar em consonância com a proposta e os objetivos do analista.

Nas charges, analisaremos a presença de um sujeito constituído ideologicamente, conseqüentemente heterogêneo, dividido, mas que demonstra, em algum ponto, através da equivocidade discursiva, a sua condição de sujeito desejante.

A análise das charges apresenta o seguinte esquema metodológico:

- ↳ contextualização da charge, fazendo referência aos fatos veiculados pela imprensa a ela relacionados;
- ↳ análise das marcas lexicais e/ou sintáticas em sua articulação com o nível interdiscursivo;
- ↳ identificação do diferente, daquilo que irrompe na cadeia de significantes do enunciado causando estranhamento e deslocando os sentidos;
- ↳ análise das posições de sujeito apresentadas pelos protagonistas do discurso (personagens das charges);
- ↳ estudo da relação entre a imagem e os níveis intra e interdiscursivo presentes na charge e dos efeitos de sentido daí decorrentes.

Através desses passos, pretendemos mostrar o funcionamento discursivo das charges escolhidas para análise, evidenciando o seu caráter heterogêneo a partir do equívoco na/da língua que permite o jogo interdiscursivo entre enunciados pertencentes a espaços discursivos diferentes.

5. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS CHARGES

5.1 ANÁLISE I

A charge a ser analisada é de autoria de Aroeira e foi retirada da revista VEJA, de 25 de dezembro de 1996. Traz como enfoque a eleição presidencial, num momento em que já se cogitavam possíveis candidatos a essa disputa política, a ser realizada no ano de 1998. As principais especulações da imprensa giravam em torno, principalmente, da provável candidatura do atual presidente Fernando Henrique Cardoso.

A primeira seqüência discursiva que tomaremos como referência no nosso estudo é: “O Fantasma-que-viaja (e seus fiéis gurans)”. Para efeito de análise a dividimos em dois segmentos:

- A- O Fantasma-que-viaja
- B- (e seus fiéis gurans)

No segmento (A), observamos a presença do pronome relativo “que”, introduzindo a oração subordinada adjetiva “que viaja” e limitando a extensão do conceito expresso pelo sintagma nominal, que a oração modifica.

A restritiva tem uma função designativa, pois, ao limitar a extensão do significado de seu antecedente (O Fantasma), a localização do mesmo é estabelecida e ele passa a ser determinado. Assim, não se trata de um fantasma qualquer, mas de um específico. Tem-se nesse enunciado, portanto, uma relação

dêitico-discursiva que aponta interdiscursivamente para um outro discurso, neste caso, “o (presidente) que viaja”, daí decorrendo o efeito humorístico.

Sobre o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que se constitui na remissão a uma construção anterior, exterior e independente em oposição ao que é “construído” pelo enunciado, temos o surgimento do pré-construído, daquilo que irrompe num elemento do outro, como ocorre com a oração relativa restritiva presente na seqüência “que viaja”. Percebemos, com isso, que há uma remissão ao discurso das histórias em quadrinhos do Fantasma, ao mesmo tempo em que o relaciona com o discurso político de FHC. Portanto, o uso da relativa, nesse caso, provoca uma alteração do referente, isto é, o personagem da história em quadrinhos, aponta para o protagonista da charge, FHC.

Sobre isso, PÊCHEUX afirma que,

... o fenômeno sintático da relativa determinativa é (...) a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, como se o elemento já se encontrasse aí (1988 : 99).

Em “O Fantasma-que-viaja”, podemos perceber a remissão feita ao mundo das histórias em quadrinhos, mais especificamente, à figura principal do personagem Fantasma, cuja história o retrata como herói e herdeiro de uma linhagem de justiceiros, desde o século XVI, fato este que deu origem à crença de que todos os fantasmas eram a mesma pessoa; daí a denominação de o imortal Espírito-Que-Anda.

Embora o enunciado da charge de Aroeira “O Fantasma-que-viaja” apresente similaridade sintática com o enunciado “Espírito-que-anda”, há a troca dos substantivos Espírito/Fantasma e dos verbos Anda/Viaja, e isso acarreta a alteração do enunciado, deslocando um sentido e instaurando um novo. O equívoco que se estabelece a partir do uso do termo “Fantasma” possibilita a instauração do diferente e do efeito irônico.

Temos, nessa instauração do diferente, um jogo que se opera em função do deslocamento de sentidos, ou seja, esse Fantasma não é qualquer fantasma, é aquele que viaja, mais especificamente, aquele que não se fixa, é passageiro, está

em diferentes lugares oscilando entre a ausência e, ao mesmo tempo, a presença constante.

Isso nos faz estabelecer uma relação interdiscursiva com o protagonista em questão: Fernando Henrique Cardoso. A constatação do uso do hífen em “O Fantasma-que-viaja”, que torna indissociáveis o termo determinante (relativo) e o termo determinado, reafirma a observação acima.

Através dessa relação estabelecida, temos a instauração do humor e isso é percebido pelo fato de o presidente estar sempre envolvido em compromissos de viagem. Isso é visto criticamente pela mídia e aproveitado como tema em piadas e programas de humor como, por exemplo, o programa “Casseta e Planeta” da rede Globo, que se referia ao presidente como “Viajando Henrique Cardoso”.

Notamos também que elementos iconográficos atuam sobremaneira no estabelecimento das relações interdiscursivas, presentes na charge. Isso se verifica, nos detalhes explorados pelo chargista, através, por exemplo, da saliência dos dentes do protagonista, bem como sua vestimenta vermelha, típica do herói Fantasma, personagem dos quadrinhos, criado por LEE FALK em 1936.

Os deslocamentos de sentido, provocados pelo confronto de dizeres de campos discursivos diferentes, dão-se através do equívoco, fator constitutivo da língua. Dessa forma, é possível compreender que o sujeito-autor, nessa charge, joga com essa possibilidade de deslocamento e de retomada de enunciados “estranhos” a um determinado campo discursivo, o que implica a caracterização de um novo discurso, como é o caso do “Fantasma-que-viaja”.

Com base em PÊCHEUX (1990), podemos dizer que o discurso-outro é entendido como espaço virtual de leitura de um determinado enunciado ou de uma seqüência discursiva. Nesse sentido, entendemos que essa presença virtual se instaura na materialidade descritível da seqüência discursiva, mas ela só pode ser percebida por meio da memória discursiva, que atua de modo a resgatar aquilo que é dito num discurso específico.

O segmento (B) “(e seus fiéis gurans)” encontra-se marcado pelo uso dos parênteses. Esses parênteses são normalmente interpretados como uma explicação acessória, uma manifestação emocional, uma reflexão ou comentário.

Porém, tais marcas estão a significar algo mais que um comentário ou uma explicação acessória; elas estão atestando a presença do outro, ou seja, apontam para um dizer interdiscursivo, que joga com o dito, desencadeando com isso o processo irônico.

Também é importante referir o uso do conector intravocabular “e” que, nesse enunciado, estabelece uma relação semântica diferenciada entre Fantasma / fiéis gurans. Tal conector não une termos semanticamente autônomos; ao contrário, estabelece uma hierarquia entre eles, isto é, entre o chefe e seus subordinados. Essa subordinação semântica reforça a relação interdiscursiva com o mundo das histórias em quadrinhos, possível de ser resgatada por meio da memória discursiva.

Diz a lenda do Fantasma (1536) que um único sobrevivente de um ataque pirata foi lançado pelas ondas do mar a uma remota praia de Bengala. Foi recolhido e tratado pelos nativos, os pigmeus Bandar, que acreditaram ser esse sobrevivente um deus, devido ao seu cabelo amarelo e a pele branca. Assim, confeccionaram para ele uma roupa, baseada na estátua de outro deus que por eles era cultuado, e tal sobrevivente passou a ser o Fantasma.

O Fantasma era um homem riquíssimo e tinha um imenso tesouro, que era guardado dentro da caverna da caveira, onde havia toda espécie de jóias antigas, valiosíssimas, as quais pertenceram anteriormente a reis e imperadores. Todo esse tesouro tinha como finalidade ser devotado à humanidade, sendo sempre desprezado pelo Fantasma, mas sabiamente reconhecido como uma necessidade para o combate aos ataques dos piratas e à injustiça. Cabia aos pigmeus, chefiados pelo guram – chefe da tribo dos Bandar – guardar esse valioso tesouro.

Na charge, o uso irônico do adjetivo “fiéis” liga-se a esse fato. O termo “gurans” aponta para uma posição de chefia, comando, guarda e, na charge, serve para designar figuras que atuaram no campo da política brasileira, em cargos de liderança, como é o caso de Itamar Franco (ex-presidente), José Sarney (ex-presidente), Paulo Maluf (ex-governador) e Lula (ex-líder sindical e fundador do Partido Trabalhista).

A caricatura desses políticos ressalta determinados traços físicos e isso contribui para identificá-los. E, através dessa identificação, podemos reconhecê-los como possíveis adversários políticos já que são prováveis candidatos ao cargo de

presidente. Nesse campo discursivo, surgem com o irônico rótulo de “fiéis gurans”, mas, na realidade, são competidores nessa disputa política. Portanto, constatamos nisso o equívoco que desencadeia o jogo irônico presente nesse enunciado.

Analisando o segmento discursivo “... Juro ficar mais quatrocentos anos...”, percebemos o uso do verbo performativo “juro” que aponta para um sujeito específico: o protagonista Fernando Henrique. Temos, então, uma nova pista dada através desse verbo em primeira pessoa, que nos remete ao campo discursivo político.

Essa hipótese é reforçada pelo fato de ser comum, nos comícios de candidatos a um cargo político, o enunciado: “Eu prometo...”. A performatividade¹² que caracteriza o emprego do verbo “prometo” trabalha de forma a dar credibilidade ao que está sendo prometido. Aquilo que constitui gramaticalmente o complemento do verbo diz respeito às necessidades da população. Inversamente, o uso do performativo “Juro...” na charge é complementado pela “necessidade” não do povo, mas do presidente de “ficar mais quatrocentos anos no poder”.

Tal seqüência também resgata a história do herói Fantasma quando diante da caveira do assassino do pai, faz o seguinte juramento: “dedicarei minha vida à destruição da pirataria, da crueldade, da injustiça e meus filhos e seus filhos me seguirão”. De acordo com a edição histórica da revista em quadrinhos (1993 : 2), esse juramento é repetido em todo ritual de passagem de um Fantasma para outro, desde o primeiro, há mais de quatrocentos anos.

Tudo isso confere à figura do presidente uma espécie de fantasia de imortalidade, assim como na história contada; decorre disso a sua comparação a um deus, fato afirmado constantemente pela imprensa. Portanto, o protagonista da charge manifesta em seu dizer o desejo de imortalidade e a busca de perpetuação no poder.

Temos então, no nível intradiscursivo, pistas que apontam para esse fato, como o intensificador “mais” juntamente com “quatrocentos anos”, tempo referente à permanência no poder. Há, portanto, uma crítica à postura do presidente que demonstra a sedução pelo poder e pela vitória.

¹² A performatividade diz respeito ao fato de que simultaneamente ao ato de falar também se executa uma ação – o dizer é um fazer.

Isso é confirmado no plano iconográfico. As caricaturas do presidente e dos seus adversários estão colocadas em planos diferentes, sendo a do protagonista ressaltada tanto no tamanho quanto na pose: uma das mãos na cintura e a outra empunhando uma caveira. Decorre dessa postura, a possibilidade de remissão ao mito de Narciso que, transposto para a figura do presidente, participa do processo irônico e humorístico que se estabelece na charge.

Sob o ponto de vista do mundo das histórias em quadrinhos, o período de “quatrocentos anos” é exeqüível, uma vez que se refere ao plano da ficção, a um mundo onde tudo é possível, o que não acontece no plano da realidade. Disso resulta o absurdo de o protagonista da charge assumir a postura de um ser imortal.

A ironia se estabelece a partir do confronto entre estes dois planos: o ficcional e o real, ambos resgatados por meio da memória discursiva. Soma-se a isso a exacerbação, a hipérbole que ocorre na caricatura e também na linguagem - determinados traços físicos e lingüísticos (o uso do performativo “juro” ao invés de “prometo”) são intensificados.

Outra relação interdiscursiva que se pode estabelecer, no plano iconográfico, é com o texto de Shakespeare “Hamlet”, onde o protagonista aparece, segurando uma caveira, numa das mãos.

Hamlet é um mito antiqüíssimo na legenda escandinava e seu personagem tem uma história de vida semelhante à do herói Fantasma, pois também o pai de Hamlet fora assassinado, e coube a ele vingar tal morte. Assim, Hamlet procurou, através da farsa da loucura, concretizar seu plano de vingança, ainda que imerso numa profunda crise existencial.

Decorre disso, a popularização de sua célebre frase: “Ser ou não ser, eis a questão!”, que se comparada com “... Juro ficar mais quatrocentos anos...”, contrapõe-se frontalmente, pois enquanto esta instaura a certeza, aquela, ao contrário, instaura a dúvida.

Tais enunciados nos fazem perceber o fato de ambos os personagens (Fantasma e Hamlet) agirem através de um disfarce específico: Fantasma/mascarado; Hamlet/ suposto louco. Com isso, tais personagens parecem convencer seus inimigos e restaurarem a ordem perdida.

A relação desses fatos com a charge parece estar ligada ao protagonista pela constatação de que ele também passava por um momento político delicado, que era o de enfrentar especulações e escândalos que envolviam a aprovação ou não, no congresso, do projeto para reeleição presidencial. Ainda que Fernando Henrique negasse, era o principal interessado na luta pela aprovação do projeto que lhe asseguraria a permanência no poder.

Ainda nesse espaço discursivo, observamos a expressão: “É ruim, hem?”, que ocorre nas mais diversas situações de linguagem. Essa seqüência aproxima-se de uma nova forma de funcionamento que vem há algum tempo se instituindo, principalmente, através da mídia. Portanto, consideramos que esse dizer não afirma com precisão que o fato de o Fantasma (Fernando H. Cardoso) permanecer no poder não seja algo bom.

Considerando o dizer “É ruim, hem?” em relação à “Juro ficar...”, constatamos neste último um sujeito seguro da sua permanência no poder, enquanto o dizer “É ruim, hem?” desestabiliza, relativiza aquele discurso, na medida em que é dito pelos outros candidatos à presidência que não possuem o mesmo poder de Fernando Henrique Cardoso.

A seqüência, em análise, deve ser considerada a partir do novo funcionamento que difere daquele instituído tradicionalmente (ruim como contrário de bom). Observamos que nesse novo funcionamento, *ruim* - inserido nessa seqüência - parece provocar um efeito de sentido que instaura a dúvida em relação ao dizer de “Juro...” e não para uma negação categórica quanto ao que foi dito por FHC.

Atestamos, nesse dizer, uma forma de desafio, até mesmo de provocação, em se tratando de uma competição política que, se relacionada com as histórias em quadrinhos cujos personagens gurans caracterizavam-se por sua fidelidade ao Fantasma, reforça ainda mais o efeito irônico na fala dos gurans/ prováveis adversários políticos, visto que numa disputa entre adversários, sabemos que há apenas um vencedor.

Nesse espaço lúdico, observamos deslocamentos que são permitidos pela própria constituição da língua, que é o lugar, o espaço do dito e também do não-dito, que remete a possíveis interpretações marcadas ideologicamente.

Isso é o que ORLANDI (1984) chama de polissemia, ou seja, é na tensão entre polissemia e paráfrase que se instala o conflito entre o que está institucionalizado e o novo. Nessa perspectiva, temos o diferente que insiste em romper, em deslocar o já estabelecido de modo a produzir novos sentidos e desestabilizar o processo dominante de sentidos em relação ao dizível.

Dessa forma, o funcionamento da expressão “é ruim, hem?” revela a possibilidade de jogo na língua, o que permite a produção de um efeito de sentido diferente daquele instituído. No caso dessa seqüência específica, é possível observarmos um processo semântico que aponta para posições de sujeito assumidas nesse discurso, isto é, os prováveis adversários de FHC, manifestam-se num processo de disputa, tanto quanto FH, daí a instauração da ironia no dizer deles, visto que desestabiliza a certeza, a determinação presente no dizer “Juro ficar...”.

É justamente nesse jogo, estabelecido entre a relação dos níveis intra e interdiscursivo, que se pode perceber a presença da ironia, que se mostra através da instauração do diferente, da possibilidade de o sentido ser um ao mesmo tempo em que pode vir a ser outro.

Concluimos dizendo que a análise do funcionamento discursivo da charge, além de apontar para a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu dizer, também nos proporcionou verificar como se dá a desconstrução do sentido e simultaneamente o surgimento de um novo sentido. É o jogo irônico que se estabelece a partir do equívoco na/da língua.

A heterogeneidade que se mostrou na charge, através do cruzamento de discursos outros - a história do Fantasma, a de Hamlet e também o discurso da mídia que observamos pela alusão feita ao presidente como “Viajando-Henrique-Cardoso” - deu-se a partir de duas posições de sujeito antagônicas: a de quem aspira à perpetuação no poder e a de quem a isso se opõe. Esses discursos resgatados pela memória discursiva possibilitam o gesto de interpretação que busca apreender o efeito de sentido humorístico presente na charge.

5.2 ANÁLISE II

Extraída do jornal ZERO HORA, de 1º de junho de 1998, e de autoria do chargista Marco Aurélio, a segunda charge a ser analisada enfatiza os últimos acontecimentos envolvendo a disputa pela Presidência da República do Brasil, principalmente os que se referiam aos aspectos negativos relacionados à atuação do então presidente/candidato Fernando Henrique Cardoso.

Partindo do nível intradiscursivo, cuja seqüência é: “*QUEDA* nas pesquisas”, observamos que a utilização do termo “queda” remete ao último resultado das pesquisas de opinião, em que o candidato FHC aparece em desvantagem em relação ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, cuja liderança nas pesquisas ameaça a popularidade e a intenção de voto na candidatura de FHC.

Em tal seqüência, temos a remissão à desvantagem do presidente Fernando Henrique Cardoso na disputa presidencial e, analisando o momento político atravessado por seu governo, podemos dizer que vários acontecimentos negativos influenciaram a atual situação.

Relacionado a esse fator determinante, está o emprego do termo “queda” que interdiscursivamente aponta para outros campos discursivos como o da sexualidade e o da saúde. Isso pode ser percebido, através do processo polissêmico instaurado a partir do termo “queda” e da relação que a charge estabelece com o remédio Viagra.

Nesse jogo, manifesta-se a instauração do diferente, que se opera em função do deslocamento de sentidos, ou seja, é a ironia que nos faz estabelecer uma relação interdiscursiva com o protagonista da charge FHC e sua situação política desfavorável. Esse deslocamento de sentidos que se dá a partir do entrecruzamento dos campos discursivos distintos, faz com que o sentido possa vir a ser outro.

Desse modo, a ironia que é instaurada nesse discurso é produzida numa condição específica e se dá através da alusão feita ao surgimento do medicamento Viagra (do laboratório americano Pfizer), que chegando ao Brasil, adquiriu, através da mídia, característica de milagroso em se tratando de impotência sexual.

Advém desse jogo entre campos discursivos – político e sexual – uma possibilidade de reversão do quadro atual, ou seja, uma tomada de atitude eficiente contra a “queda” da popularidade e suposta impotência para solucionar tal problema. Um momento delicado não só para FHC, enquanto presidente, mas enquanto candidato à reeleição presidencial.

Notamos que há um deslocamento de sentido do termo “Queda” que aponta para a impotência de FHC diante das pesquisas. Com isso, o absurdo é provocado pela migração do sentido, desencadeando o humor.

Somada à baixa cotação nas pesquisas eleitorais, em meio a um quadro político governamental de dificuldades como desemprego, seca e ondas de saque no Nordeste, destaca-se um fato, que parece assumir importância especial, aliado à figura caricaturada da primeira dama Ruth Cardoso, oferecendo ao marido FHC a suposta cura para os seus males (um frasco do famoso Viagra). Observamos na figura de Ruth que aquilo que poderia ser a solução do seu problema é ironizado, através do seu dizer: “Fernando, vem tomar um remedinho!”.

No nível intradiscursivo, tal seqüência aponta um campo discursivo que é o da saúde, que por sua vez está ligado, na charge, ao político, já que cabe ao governo garantir o bem-estar físico dos seus contribuintes através do ministério responsável. Só que, em se tratando de saúde, esse é um momento delicado para o governo, pois enfrenta um episódio grave que é o da máfia de falsificação de remédios no Brasil.

A posição de sujeito ocupada por Ruth Cardoso seria a de esposa preocupada com o bem-estar do marido, mas a seqüência discursiva relacionada a essas condições de produção, apontam para um dizer de oposição, ou seja, ela representaria não a solução para o problema, mas a lembrança de um momento de dificuldade vivido pelo governo; o que pode ser evidenciado pelo emprego da forma diminutiva em “remedinho”.

Na realidade, parece estar aí o equívoco com que joga a charge, uma vez que aquilo que parecia ser a solução é colocado na charge caracterizando uma zombaria.

O uso do artigo indefinido “um” parece contribuir na referência ao Viagra e também ao tabu masculino em admitir a impotência, ainda que, na charge em

análise, tal impotência não esteja somente apontando para o campo da sexualidade, ridicularizando a figura do presidente, mas parece ressaltar também o fato de FHC estar atravessando uma fase difícil em seu governo.

Portanto, seu poder é afetado através da ironização. Ainda, contribuindo para essa interpretação, observamos o termo “queda” destacado em maiúsculas e em negrito, distribuído no espaço da charge de modo inclinado, o que remete ao próprio declínio na popularidade do presidente.

O emprego do diminutivo confere o tom irônico ao discurso, embora pareça um modo carinhoso de tratamento por parte da esposa Ruth em relação ao marido. Também é possível relacionar esse discurso àquele que as mães utilizam ao falar com os filhos, a fim de convencê-los de algo.

Nesse sentido, o emprego das formas diminutiva e imperativa, nesse espaço discursivo, confere a Ruth Cardoso o papel de quem assume uma posição de comando. Isso se revela, também, através do registro iconográfico em que a mesma tem uma postura de imposição, oferecendo o frasco com o remédio, ressaltado no tamanho.

Percebemos com isso uma atitude que atesta a posição de fragilidade, de imaturidade e de dependência em que FHC se encontra frente à situação. Desse jogo, constatamos o entrecruzamento de campos discursivos diferentes como o da política, da saúde e da sexualidade.

Compreendemos que essa possibilidade de deslocamentos e da interpretação de efeitos discursivos implica a caracterização de um novo discurso com um sentido outro. Assim, no caso de Ruth Cardoso, parece, num primeiro momento, haver uma inversão de papéis, uma vez que ela se mostra capaz de assumir o comando e de apontar soluções, gestos que culturalmente são atribuídos ao homem. Simultaneamente ela fala do lugar da mãe zelosa com os membros da família e também do lugar de mulher que devolve potência e força a seu marido.

O enunciado de Ruth aponta interdiscursivamente para um outro discurso, daí decorrendo o efeito irônico. Assim, tais marcas estão a significar algo mais que um chamamento, elas estão atestando a presença do outro, ou seja, apontam para um dizer interdiscursivo que põe em jogo a credibilidade daquilo que está sendo dito intradiscursivamente, decorrendo desse jogo o efeito humorístico.

Portanto, a presença do humor nessa charge toca também na questão das práticas sociais, entendidas enquanto regras estabelecidas a serem observadas, ou seja, cabe à mulher, enquanto esposa, o respeito, a fidelidade ao marido e conseqüentemente a submissão ao marido.

No campo discursivo político, caberia a Ruth, enquanto cidadã, o respeito a FHC, presidente e marido que detém o poder de decisão, principalmente, no domínio público. No entanto, o que ocorre na charge é a posição inversa. Quem está em posição de submissão é o homem e não a mulher.

Visto que discursivamente nosso olhar recai sobre significações desencadeadas a partir da relação entre os níveis intra e interdiscursivo, cabe lembrarmos o fato de que os termos “queda” e “remédio”, utilizados nessa charge, não é uma questão de sentidos literais ou figurados postos em jogo.

Na nossa concepção, tais termos estão funcionando de modo irônico, permitindo-nos perceber o jogo estabelecido entre diferentes campos discursivos, e isso só tornou-se possível a partir da remissão à memória discursiva. Esta nos permite resgatar toda uma situação política em que o sujeito FHC está inserido, enquanto presidente, candidato, marido, enfim, enquanto alvo de ironização.

Entendemos com isso, mais uma vez, que a charge é um espaço em que a subversão, os deslocamentos são postos à mostra por meio do jogo com a língua, o que nos permite observar em seu funcionamento a presença da ironia, através da equivocidade constitutiva, da flexibilidade no sistema lingüístico passível de jogo e de ruptura.

Nesse espaço, procuramos compreender essa possibilidade de rompimento com o estabelecido, que pode desencadear um efeito humorístico. Portanto, concluímos que a questão da transparência da linguagem e da literalidade do sentido é um efeito ideológico, contudo atravessado pelo equívoco, que aponta para a falha, para a opacidade da materialidade discursiva.

5.3 ANÁLISE III

A terceira charge, de autoria do chargista Aroeira, foi retirada da revista ISTO É, de 5 de agosto de 1998, e destaca alguns acontecimentos envolvendo a disputa pela presidência no Brasil, principalmente, os que se referiam a questões sobre o sistema de privatizações adotado pelo presidente/candidato Fernando Henrique Cardoso.

Tomaremos, primeiramente, para análise, a seqüência discursiva: “Dou-lhe uma.../ Dou-lhe duas.../ Dou-lhe três!”.

Nessa seqüência, observamos a utilização do verbo “dar” que remete ao discurso de privatização das empresas de telecomunicações no Brasil. Tal verbo apresenta-se, nesse contexto específico, como bitransitivo e acompanhado dos seus respectivos complementos, quais sejam: o indireto (lhe) e os diretos (uma, duas, três) numerais que estariam acompanhando o vocábulo implícito chance, passível de ser resgatado, considerando o campo discursivo a que remete.

O que ocorre de comum é o fato de esse discurso remeter ao campo discursivo de um leilão, cujo objeto a ser leiloado é uma empresa de telecomunicação. Desse modo, os dizeres conferem a algo próprio desse campo discursivo, já que num leilão é comum o arrendamento do bem por aquele que oferece mais, isto é, aquele, cujo lance é superior ao dos demais participantes. Tem-se, então, por meio das batidas com o martelo, a palavra final do leiloeiro, consumando a venda.

Contudo, há algo interessante nesse discurso que desestrutura essa interpretação primeira, uma vez que aí se estabelece o jogo irônico, através do deslocamento do campo discursivo de referência a que tal discurso remete.

As marteladas não são dadas por qualquer leiloeiro, mas por Fernando Henrique Cardoso, cujo ato não consolida simplesmente o arrendamento de um bem, e sim a demonstração de um ato decisivo, de quem dá última palavra.

Assim, tal atitude revela um ato de poder, de liderança, frente ao adversário de oposição de FHC, Lula. Cabe ressaltar que, nesse processo de privatização, Lula demonstrou-se, publicamente, contra. Disso decorre a tentativa de FHC atingi-lo, diretamente, dando continuidade e efetivando o processo de privatização.

A segunda seqüência intradiscursiva vem confirmar o que foi dito antes, através do dizer: “Vendido!...”, destacado em tamanho maior em relação aos outros vocábulos e em negrito. Isso reafirma a tentativa de atingir o adversário Lula que, nesse contexto específico, aparece numa posição fragilizada, desfavorável. Ao mesmo tempo, esse dizer confere um resgate daquilo que foi dito, isto é, foi realmente vendido, o fato está consumado.

A ênfase recai sobre o termo vendido, (até mesmo a posição do dedo indicador de FHC a apontar para o arrematador, parece confirmar e concretizar o que foi dito), a fim de salientar para o candidato Lula a decisão tomada pelo presidente em exercício do seu poder, ainda que ele (Lula) tivesse opinião contrária.

Com isso, através do jogo estabelecido nesse espaço discursivo, observa-se um deslocamento de sentido enfatizado pelo verbo “dar”. Disso resulta a desconstrução de um sentido e o surgimento de um novo, na medida que aponta para um outro discurso. Esse jogo irônico manifesta-se, através da equivocidade constitutiva na/da língua.

Através dos aspectos iconográficos, observamos que a intenção de FHC atingir seu adversário político é veemente, pois as marteladas são desferidas propositalmente no braço acidentado de Lula (acidente verídico ocorrido nessa mesma época), bem na direção do cotovelo, confirmando, ainda mais, a possível inveja e conseqüente “dor de cotovelo” que Lula teria duplamente: pela dor real no braço (a onomatopéia assim evidencia) e pela confirmação de que o seu adversário é quem está em posição de comando.

Tal posição também é reforçada pelas vestimentas dos personagens, na charge: FHC de terno e gravata e Lula sob um traje menos formal. Isso parece conferir, mais uma vez, a posição desfavorável do adversário em relação a FHC; o olhar de surpresa e de dor, juntamente com as estrelinhas vermelhas, que sugerem a sensação de dor ao mesmo tempo em que remetem ao símbolo do partido político de Lula, o PT (Partido dos Trabalhadores). Tudo isso a contrastar com a fisionomia sorridente, satisfeita do presidente/candidato.

Assim, o que a charge coloca em evidência é o fato de FHC não estar assumindo a posição de um leiloeiro, mas a posição de um candidato em busca da permanência no poder, e isso se mostra através de um ato de comando, em

resposta aos ataques de seu adversário principal nessa disputa política, conforme veiculado pela mídia.

Observamos, na seqüência discursiva restante: "...Para o cavalheiro da 1ª fila", a ênfase na determinação daquele que detém o poder (FHC), a contrastar com aquilo que o candidato da oposição representa.

O despeito e a fragilidade do adversário de FHC são ressaltados, evidenciando o desconforto de Lula frente ao processo de privatizações. Em contrapartida, salienta-se a satisfação do então presidente, em atacar seu principal adversário, apontando para quem lidera e dá a palavra final. Com isso, através da memória do dizer, resgatamos a imagem ideológica que temos de um presidente, ou seja, aquele que comanda, que detém o poder.

Observamos, ainda, nessa análise, a presença de posições de sujeito diferenciadas entre dominante e dominado, pois, embora Lula se encontre numa posição equivalente à de FHC, enquanto candidato, distancia-se dele, justamente pelo cargo de presidente que FH ocupa, além de outros fatores como classe social e formação.

Essa referência a outros campos discursivos só nos foi possível perceber através da memória discursiva. Assim, o jogo polissêmico com o verbo dar nos aponta não para o oferecimento de mais uma chance, mas para a agressão que atinge o adversário duplamente, em seu condicionamento físico e em sua performance de candidato, revelando sua posição desfavorável na disputa política pela presidência. Constatamos que o jogo irônico se vale da equivocidade constitutiva na língua, manifestando-se de modo a produzir o efeito de sentido humorístico.

Portanto, por meio do processo polissêmico, o diferente se instala e conseqüentemente traz consigo um deslocamento do dizível, que a princípio estava sedimentado. Nesse caso, "dar" e "vendido" pareciam apontar, apenas, para uma chance de aquisição de um bem, conforme mencionamos.

Com base nisso, observamos a manifestação de uma tensão do discurso, que segundo ORLANDI (1987), dá-se entre o mesmo e o diferente, entre o texto e o contexto histórico-social que é passível de ser compreendido por meio da memória

discursiva, de modo a constatarmos a presença da ironia, o rompimento, a destruição de um sentido e o desencadeamento de uma outra significação.

5.4 ANÁLISE IV

A quarta charge a ser analisada é de autoria do chargista Aroeira e foi retirada do jornal O DIA, de 23 de maio de 1998, e aponta para os últimos acontecimentos envolvendo o governo do presidente/candidato Fernando Henrique Cardoso.

No nível intradiscursivo, temos as seguintes seqüências discursivas:

“Sente-se *IMPOTENTE* diante disto tudo?”.

“Previdência, Saques, Congresso...”

“Agora isto é coisa de *VIAGRA!*.”

“Vagabundos! Incitadores! Banda Podre!

Observamos em A que o termo em destaque “impotente” se apresenta nesse espaço perpassado por recortes interdiscursivos, o que produz movimentos significativos compreendidos pelo entrecruzamento de discursos que o atravessam, isto é o político e o sexual.

Na utilização desse vocábulo, atestamos uma relação pertinente com o discurso B: “Previdência, Saques, Congresso...”, (isso pode ser inferido através do uso dos pronomes demonstrativo e indefinido em A e C), estabelecendo-se um jogo de sentidos peculiar, visto que há o entrecruzamento de campos discursivos diferentes. Portanto, os termos *impotente* e *Viagra* apontam para o jogo irônico estabelecido.

Temos, na seqüência B, uma remissão direta aos últimos acontecimentos envolvendo o governo de FHC: saques feitos no Nordeste pelo MST (Movimento dos sem-terras), a votação no Congresso para a aprovação da reforma da Previdência, que teve como resultado votos contrários por parte de membros do governo, e ainda fica subentendida a existência de muitos outros problemas, para os quais o povo aguardava um desfecho.

O uso das aspas e das reticências parece realçar problemas políticos específicos. Isso pode ser observado no plano iconográfico, pela caricatura de FH, cuja expressão é reveladora de alguém preocupado, impotente diante de uma difícil situação política.

Ainda no nível intradiscursivo, observamos no dizer: “Vagabundo! Incitadores! Banda Podre!” uma mudança de ânimo do protagonista se comparado ao primeiro momento de preocupação, pois a sua fisionomia é de alguém confiante, sorridente, sugerindo ter encontrado uma saída para os problemas do governo.

Isso pode ser evidenciado também no plano iconográfico, através da tonalidade acentuada da cor azul, no primeiro quadrinho, em relação ao segundo. Sugere-se com isso o efeito do remédio contra impotência: o Viagra, que se encontra em destaque no canto direito, da charge, tanto na escrita quanto na imagem.

Observamos que os dizeres de FHC se equivalem pela correspondência que parece haver entre os fatos, isto é, os aposentados (com pouca idade) pela Previdência são chamados ou *Vagabundos*; os líderes do MST que promoveram os saques, no Nordeste, são denominados *Incitadores* e os membros do governo que votaram contra na reforma da Previdência são designados de *Banda Podre*.

A relação interdiscursiva entre tais fatos políticos se dá pelo deslocamento de campos discursivos que enfatiza a atuação do presidente FHC relacionando-a ao surgimento do Viagra.

Na realidade, o que observamos no dizer de FHC é a atitude do governante/candidato numa disputa para a reeleição (buscando sua perpetuação no poder) e que se mostra fragilizado diante dos acontecimentos que afetam sua campanha e isso se confirma pelas pesquisas eleitorais, cujo resultado revela a desvantagem do protagonista em relação ao candidato de esquerda, Lula.

Em A e B, portanto, temos enunciados específicos que atestam a preocupação de FHC enquanto presidente e candidato. Já em C e D, o protagonista parece reverter a situação. Nesse sentido, compreendemos que apesar de o sujeito protagonista estar numa situação difícil, num primeiro momento, encontra uma saída.

Todavia, essa reversão acontece ironicamente na charge, porque o efeito esperado, ou seja, demonstrar-se potente, acaba por voltar-se negativamente contra si, uma vez que ele ataca frontalmente o povo trabalhador de “*vagabundo*”, o que repercutiu negativamente, durante o período de eleição.

O jogo irônico com o vocábulo “*impotente*” se vale da equívocidade discursiva na língua. Com isso, é estabelecida a relação com o termo *Viagra*, cujo efeito de sentido é deslocado, pelo fato de remeter a campos discursivos distintos; daí a instauração de um novo sentido.

Portanto, observamos que não há um sujeito protagonista capaz de reverter uma situação, aquele que demonstra em seu dizer o compromisso com a memória do presidencialismo (a imagem de comando que temos de um presidente), mas um sujeito que, assumindo a posição de um candidato em campanha, deixa à mostra sua “*impotência*” diante dos fatos, ainda que, *ironicamente*, a recupere.

Portanto, nesse espaço discursivo, observamos o equívoco, pois se o termo impotente é atravessado por outro discurso é porque a língua está exposta à não-completude, ao engano, à possibilidade de o sentido vir a ser outro.

Dessa forma, o efeito do *Viagra* não funciona a favor, mas contra, já que acaba por revelar o que estava escondido, contrapondo com a imagem de FHC veiculada pela mídia que é a de auto-suficiência.

5.5 ANÁLISE V

A charge em análise foi retirada do Jornal O DIA, de 23 de maio de 1998, e é de autoria do chargista Aroeira. Novamente, a eleição presidencial é enfatizada, num momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso passa por dificuldades. Estas atingem negativamente sua credibilidade enquanto governante e, conseqüentemente, como candidato à reeleição presidencial.

Para efeito de análise, dividiremos as seqüências discursivas dessa charge em dois segmentos:

“Fernando DiCaprio em... O Coordenador Mascarado!”

“Depois de mim... Ele!”

Percebemos, em A, o jogo que é feito entre os níveis intra e interdiscursivo, uma vez que nos remete ao filme “O homem da máscara de ferro” de Randall Wallace Smith, cujo protagonista foi o ator Leonardo Dicaprio, em cartaz na época.

A história do filme se passa na França, no século XVII, e relata fatos ocorridos com a família real, após a morte de Luís XIII, o grande Rei, que fora sucedido por seu herdeiro, o arrogante e cruel Luís XIV. Na trama, tem-se ressaltada a perversidade desse rei que mantém encarcerado seu próprio irmão gêmeo, condenado a usar uma máscara de ferro, por mais de uma década.

A façanha da história está centrada na revelação da verdadeira identidade de tal prisioneiro e na sua libertação, a fim de que o mesmo pudesse ser transformado num rei justo, a quem caberia o futuro da nação. É em nome da honra e da justiça que três mosqueteiros do reino saem na tentativa de cumprir essa missão.

Percebemos, com o relato dessa obra cinematográfica, uma estreita relação com a seqüência da charge em análise, pois a alteração feita no título do filme mencionado, altera conseqüentemente a cadeia dos significantes, instaurando com isso o jogo irônico, através do equívoco que é atestado em função do deslocamento de sentidos, isto é, Leonardo/Fernando, homem/coordenador, da máscara/mascarado. Nesse caso, constatamos a troca dos sujeitos e dos adjuntos adnominais que os acompanham que apontam para o entrecruzamento de campos discursivos, desencadeando, com isso, o efeito humorístico.

Desse modo, é possível estabelecermos uma relação interdiscursiva com o protagonista da charge FHC e o protagonista do filme. Assim, encontram-se relacionadas ficção e realidade.

Considerando a situação de disputa entre FHC e seus adversários políticos pela Presidência da República, o que podemos observar é que o sentido desencadeado, através do jogo sintático entre sujeitos e seus respectivos adjuntos, constata a ironização feita com o, então, presidente, pelo fato de o mesmo, enquanto político, não demonstrar, aparentemente, ambição pelo poder.

Já no filme em questão, isso é justamente o fato desencadeador da trama, visto que o rei interpretado por Leonardo DiCaprio é um sujeito ambicioso, egoísta, perverso que prima por sua perpetuação no poder. Com o protagonista FHC, a

sedução pelo poder traduz-se em seu desejo maior, mas não de forma explícita, daí o uso de “Coordenador Mascarado” que instaura o equívoco com que joga a charge.

No título do filme, não é de qualquer homem que se fala, é um homem (irmão do rei) que é condenado a permanecer com uma máscara de ferro (objeto) para esconder sua verdadeira identidade.

Já com “*o coordenador mascarado*” (FHC) isso não ocorre da mesma forma, uma vez que ele não utiliza uma máscara, mas a máscara o constitui, não enquanto objeto, mas enquanto característica de sua personalidade; o que poderia equivaler, nesse espaço discursivo, a enganador, falso.

A seqüência que antecede ao título de um filme, pelo uso das reticências, parece sugerir um suspense na apresentação, ressaltando com isso o que é dito após; o próprio uso da exclamação também chama a atenção para esse fato, que está centrado no protagonista.

No enfoque dado ao segmento B: “*Depois de mim...Ele!*”, podemos observar a relação estabelecida entre o advérbio *depois* e o seu complemento *de mim*. Decorre dessa seqüência um jogo irônico entre os níveis intra e interdiscursivo, já que inferimos a partir desse advérbio um *antes*, uma posição primeira que, se resgatada através da memória, poderíamos dizer é ocupada por “X”, nesse caso, por FHC. Novamente se entrecruzam campos discursivos diferentes.

Disso, consideramos, a princípio, que a posição ocupada por aquele que o protagonista da charge apresenta (plano iconográfico) seria uma posição secundária, sem tanto destaque, mas é, justamente, nesse ponto que nos é possível identificar um deslocamento que se vale do equívoco na/da língua.

Conseqüentemente, nessa charge, o uso do pronome pessoal “*Ele*” equivale ao “*eu*” do sujeito protagonista, já que ele apresenta a si mesmo, evidenciando com isso sua perpetuação na poder, o que remete ao processo de disputa eleitoral. Atestamos com base nesse deslocamento de campos discursivos, um jogo pronominal irônico que funciona destruindo um sentido possibilitando o surgimento de um novo.

Esse discurso sugere a garantia de manutenção no poder, por parte de FHC, numa disputa em que não há antecipação oficial de resultados, a não ser a estimativa de votos feita por pesquisas de ibope, que apontam para um provável

vencedor. Decorre disso o efeito humorístico, em que tal certeza passa a ser evidenciada, motivando a charge.

Essa atitude, se comparada aos fatos do filme mencionado, (campo da ficção) nos faz pensar que não há nenhuma ameaça de posse, de comando, por parte de outro governante sobre o atual. Nesse sentido, a presença de um suposto concorrente sucessor é transformada em garantia de que o poder não mudará de mãos.

No plano iconográfico, a própria imagem do protagonista evidencia a satisfação de quem está apresentando seu sucessor no poder. O que não ocorre no filme mencionado, em que há uma disputa pelo poder e o bem acaba por vencer o mal.

A posição assumida pelo sujeito-protagonista da charge é de alguém que detém o poder, enquanto presidente de uma nação, e ao mesmo tempo em que isso parece ser reafirmado nesse espaço discursivo, também parece apontar para algo que falha, visto que, se há uma necessidade de reafirmação é porque não há certeza plena que garanta um resultado positivo: o resultado poderia ser um outro em se tratando de disputa política.

Desse modo, a charge, como veículo desmistificador, nesse caso, desvela a posição de FH, enquanto presidente/candidato. Essa confiança em si, demonstrada pelo protagonista é ironizada, visto que o jogo estabelecido se dá através da garantia de que o poder não mudará de mãos, o que não ocorre no filme “O homem da máscara de ferro”.

6. CONCLUSÃO

Tendo como centro de interesse o estudo do funcionamento discursivo das charges políticas, iniciamos nesta pesquisa uma investigação que nos permitisse interpretar o efeito humorístico nesse espaço discursivo específico.

Desse modo, analisando o funcionamento desse espaço discursivo, seguimos alguns princípios norteadores como a equivocidade discursiva, sua relação com o surgimento do diferente e, com efeito, de sentido humorístico, juntamente com a observação das posições de sujeito manifestadas nas cinco charges analisadas.

Para compreendermos a presença do equívoco em nosso corpus, voltamos nosso olhar para o jogo de palavras e dos efeitos de sentido daí decorrentes. Nesse jogo de palavras, as charges analisadas colocaram em cena enunciados de campos discursivos diferentes que provocaram deslocamentos de sentido. Essa estratégia discursiva fez emergir os sentidos imprevisíveis, aqueles que subvertem os instituídos. Com isso, pudemos atestar a incidência do sujeito do desejo na cadeia significante.

Isso reafirma o que diz PÊCHEUX (1981) em relação ao equívoco que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através do deslizamento, do lapso, do jogo com as palavras e do duplo sentido dos efeitos discursivos.

Constatamos também, que o novo deslocamento operado por PÊCHEUX (1997) de Formação Discursiva como uma constelação de enunciados logicamente estabilizados, está ligada à noção de interdiscurso, aquilo que historicamente está

determinado (domínio da memória discursiva), mas que passa a incluir aí algo da ordem do acontecimento que rompe com essa determinação.

Isso significa que, para uma teoria do discursivo, é necessário considerar como inserido na ordem da estrutura o espaço para a ruptura, para a falha, enfim, para o imprevisível. Refletindo sobre essa tensão no discurso entre o já-dito enquanto estrutura e o novo enquanto a possibilidade do acontecimento, Pêcheux passa a considerar algo da ordem do real que afeta a língua.

Isso pôde ser observado em nosso corpus discursivo, onde o jogo de sentidos estabelecido deu-se a partir das possibilidades já inscritas na própria língua, engendrando movimentos, deslocamentos de sentidos, que se manifestaram no entrecruzamento de campos discursivos.

Então, entendendo a equivocidade enquanto constitutiva da língua e assumindo que os universos logicamente estabilizados são atravessados pela possibilidade de equívoco, estudamos o funcionamento das charges, considerando o real da língua, o que nos propiciou trabalhar com uma concepção de sujeito, discurso e língua a partir de uma teoria que contempla o deslocamento, a descontinuidade, as falhas que se operam sobre o sentido.

O modo como o imprevisível se manifestou no espaço discursivo analisado, através dos deslocamentos, surpreendeu o heterogêneo do discurso, constituindo-se no que PÊCHEUX (1990) chama de pontos de deriva.

Investigamos aqui como a tensão produziu os deslocamentos nas charges, e de que modo o sujeito é marcado por esse efeito, pois se há um espaço para a transgressão inscrito no próprio sistema lingüístico, onde o jogo irônico se inscreve, aí consideramos o real da língua, que segundo FERREIRA (1994) localiza-se na disjunção entre a ordem que é própria à língua, imanente à sua estrutura e uma ordem exterior que remete a uma dominação que se tenha que conservar, restabelecer ou derrotar.

A língua vista nessa perspectiva, como algo que não é fechado, acabado, estabelece relações que vão do gramatical ao ideológico, passando pelo social e cultural. Segundo a autora (ibid), esses diferentes níveis podem ser acionados e violados desencadeando o riso.

O sintoma da apreensão da equivocidade da língua que constatamos nas análises das charges teve por base não só os diferentes elementos lingüísticos de ordem lexical e sintática, mas também a imagem relacionada ao interdiscurso.

Com isso, acreditamos ser o discurso chargístico revelador do caráter contraditório da língua, visto que nele está incluso o inesperado, o não-estável, o imprevisível.

O humor, como vimos nesse espaço, não é considerado como uma técnica, mas como um efeito de sentido que posto em jogo pode produzir o riso, que é o índice da comicidade, do inesperado, daquilo que surpreende. É o efeito da linguagem que está diretamente relacionado à equivocidade da/na língua, pois é pela possibilidade de jogo, que o sentido pode vir a ser outro.

A heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu dizer é surpreendida justamente por essa possibilidade de deslocamento, de desconstrução do sentido. Portanto, encontram-se relacionados, dessa forma, humor, equivocidade e heterogeneidade.

A aproximação de elementos com diferentes sentidos, constatada nos termos “*ruim*”, “*queda*”, entre outros, na análise das charges, valeu-se da equivocidade discursiva da língua.

Portanto, buscamos, com esse trabalho de interpretação do funcionamento discursivo das charges políticas, evidenciar a opacidade que caracteriza a linguagem e que possibilita o surgimento de outros sentidos.

Acreditamos que se falar da língua é considerar aquilo que falta, isso é o que tornou possível adentrar pela zona do equívoco, área de tensão e ponto de encontro entre a materialidade lingüística e a materialidade histórica, passível de ser avaliada em outros espaços discursivos, principalmente naqueles em que há a manifestação do humor, pois, como vimos, “o humor e a poesia não são domínios do pensamento, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica”; para retomar a afirmação de PÊCHEUX (1997).

7. BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1974.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas (SP): UNICAMP, 1998.

AURÉLIO, M. et al. O humor e a consciência crítica do brasileiro. In: JORNADA NACIONAL DE LITERATURA, 4. *Anais da Jornada Nacional de Literatura*. Passo Fundo (RS): UPF, 1983.

BARROS, N. *As múltiplas faces da incongruência: uma introdução ao estudo do texto humorístico*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, PUCRS. Porto Alegre, 1994.

BERGSON, H. *O riso*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. 3.ed. Campinas (SP): Pontes, 1991.

COURTINE, J. J. Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*, Paris, v.9, n.2, 1984.

DEFAYS, J. M. *Le comique*. Principes, procédés, processus. Paris: fev., 1996.

DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. [Coord. da tradução: Izidoro Blikstein]. São Paulo: Cultrix, 1998.

ESCARPIT, R. *Que sais-je? l'humour*. 9.ed. [Corrigée]. Paris: Universitaires de France, 1991.

FANTASMA: Histórias. São Paulo: Saber, 1993.

FERREIRA, M. C. L. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas (SP): UNICAMP, 1994.

FONSECA, J. da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

HOLANDA, A. B. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ILARI, R. *Os humores da língua*, de S. Possenti. *Revista da ANPOLL, USP, Humanitas*, n. 6-7, p. 351-353, 1999. Resenha.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas (SP): UNICAMP, 1997.

ISTO É. Ed. 1505, 1998, p. 36.

KOESTLER, A. *The act of creation*. New York: Dell, 1964.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas (SP): Pontes, 1988.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. [Trad. Ana C. Jesuíno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

O DIA. Rio de Janeiro, 1998.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas (SP): Pontes, 1996.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas (SP): Pontes, 1999.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

ORLANDI, E. *Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia*. Campinas (SP): UNICAMP, 1983. Trabalho apresentado no colóquio do Dep. de Lingüística do IEL.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

PAIVA, M. et al. *O humor e os diferentes tipos de texto*. Anais da IV Jornada de Literatura. Universidade de Passo Fundo (RS), 1991.

PÊCHEUX, M. ; FUCHS, C. A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, HAK, (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas (SP): UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. *Estrutura ou acontecimento*. [Trad. Eni P. Orlandi]. 2.ed. Campinas (SP): Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. ; GADET, F. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP): UNICAMP, 1988.

PEREIRA, A. E. *Na inconsistência do humor, o contraditório da vida. O discurso proverbial e o discurso das alterações*. Tese (Doutorado em Linguística) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

PIERRE, A. et al. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999.

PINTO, Z. A. Ninguém entende de humor. *Revista de Cultura Vozes*, v. 64, n. 3, 1988.

POSSENTI, S. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1998.

PROPP, V. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos).

RASKIN, V. Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach. *International journal of the sociology of language: language and humor*. Berlin, 1987.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVEIRA, J. R. C. ; FELTES, H. P. M. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. [Trad. Millôr Fernandes]. Porto Alegre: L & PM, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. Homonímia, mundos textuais e humor. *Organon: o texto em perspectiva*, v. 9, n. 23, 1995.

TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VEJA. Ed. Abril, ed. 1476, Ano 26, n. 52, 1996, p. 40.

VERÍSSIMO, L. V. O humor: processos e temas. In: JORNADA DE LITERATURA BRASILEIRA, 1. Universidade de Passo Fundo (RS), 1983.

ZERO HORA. Porto Alegre, 1998.

A N E X O S

CHARGE 1 - O fantasma que viaja



FONTE: VEJA, Revista. Dez. / 1996.

CHARGE 2 - Queda



FONTE: ZERO HORA, Jornal. Jun./1998.

CHARGE 3 - Leilão



FONTE: ISTO É, Revista. Ago./1998.

CHARGE 4 - Viagra



FONTE: O DIA, Jornal. Maio/1998.

CHARGE 5 - Coordenador



FONTE: O DIA, Jornal. Maio/1998.